

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/SME/2026**

**Processo Eletrônico SEI nº** 6016.2026/0039942-0

**Tipo:** Menor preço

**UASG: nº** 925013

**Objeto da licitação:** Registro de Preços para aquisição de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS (Item A) e FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO- 6º AO 12º MÊS (Item B), destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas ao sistema de Gestão Parceira (CEIs Parceiros e CEIs/CECIs) do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (PAE/SP).

**Critério de Julgamento:** Menor preço do quilo

**Modo de Disputa:** Aberto

**Preferência de ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não

**Data e hora da abertura da sessão pública:** 19/06/2026, às 09h30 (horário de Brasília)

**Endereço Eletrônico:** <https://www.gov.br/compras>

### **SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos**

Endereço: Rua Dr. Diogo de Faria, nº 1.247, 3º andar, sala 315, Vila Clementino, CEP 04037-004, São Paulo, SP

Telefone: (11) 3396-0517

E-mail: [smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br)

## **SUMÁRIO**

PREÂMBULO .....	3
1 EMBASAMENTO LEGAL .....	3
2 OBJETO .....	3
3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	4
4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO .....	5
5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.....	5
6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL .....	5
7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	6
8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS .....	6
9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS .....	7
10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO .....	8
11 MODO DE DISPUTA ABERTO .....	9
12 JULGAMENTO .....	9
13 HABILITAÇÃO.....	10
14. DOCUMENTOS TÉCNICOS .....	15
15. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	16
16 FASE RECURSAL .....	16
17 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	17
18 PREÇO E DOTAÇÃO .....	17
19 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
20 DOS CONTRATOS .....	18
21 PENALIDADES .....	19
22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20
ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.....	23
APÊNDICE "A" DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO .....	41
APÊNDICE "B" DO ANEXO I - CONTROLE DE RECEBIMENTO E PÓS RECEBIMENTO DOS PRODUTOS.....	52
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.....	59
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO .....	61
ANEXO III "A" - CADASTRO RESERVA .....	70
ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	71
ANEXO V - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO .....	80
ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - CRONOGRAMA Nº XXX/26.....	81

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**PREÂMBULO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME, por meio da Coordenadoria de Compras - COMPS, sediada à Rua Dr. Diogo de Faria, nº 1.247 - 3º andar - Vila Clementino - CEP: 04037-004, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de menor preço, objetivando o Registro de Preços para aquisição de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS (Item A) e FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS (Item B), destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas ao sistema de Gestão Parceira (CEIs Parceiros e CEIs/CECIs) do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (PAE/SP).

A participação no presente pregão dar-se-á por meio eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925013**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09h30 (horário de Brasília)** do dia **19/06/2026**.

**1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

**2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS (Item A) e FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS (Item B), destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas ao sistema de Gestão Parceira (CEIs Parceiros e CEIs/CECIs) do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (PAE/SP), de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

ITEM	OBJETO	QUANTITATIV O (TOTAL ESTIMADO)	COTA RESERVA DA	TRATAMENTO DIFERENCIAD O	PERCENTUAL (%)
1	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS	187.029 Kg	NÃO	NÃO	79,22%
2		49.069 kg	SIM	SIM	20,78%
3	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS	551.279 kg	NÃO	NÃO	91,94%
4		48.323 kg	SIM	SIM	8,06%

**2.2.** Será facultada a cada licitante a participação em quantos itens (lotes) forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.

**2.3** Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 2.3.1** A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.3.2.** Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.3, impedirá o prosseguimento no certame para o item.
- 2.3.3.** As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.

**3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

- a)** atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b)** **possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

**b.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

**b.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- c)** ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- d)** **não** estar em processo de falência;

**3.2** **NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**b)** pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

**c)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**e)** OSCIPs atuando nessa condição;

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**g)** sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

**3.2.1** Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação para registro de preços e da execução dos contratos dela decorrentes, agente público da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME e dos órgãos ou entidades que realizem contratações decorrentes deste registro de preços, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.2.1.1** As vedações previstas na cláusula 3.2.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.3** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**4.1** É **vedada**, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

**5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**5.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br).

**5.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**6.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até **3 (três) dias úteis** antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail [smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**6.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

**a)** se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**b)** se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados na cláusula 6.1.1 "a".

**6.2** Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 6.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 6.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade - DOC.
- 6.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 6.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- 7.1.** A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.
- 7.1.1.** A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

**8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 8.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:
- a)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;
- c)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- d)** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.** A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.
- 8.3** A licitante deverá consignar na sua proposta o valor e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.
- 8.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 8.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.6** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 8.7** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.8** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.
- 8.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 8.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com o número de inscrição no CPF/MF, e respectivo cargo na licitante.
- 8.11** A proposta deverá ter validade de **120** (cento e vinte) **dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação.

**9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 9.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do prego eletrônico.
- 9.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3** **Serão desclassificadas as propostas:**
- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
  - b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
  - c)** estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 9.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 9.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 9.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

- 10.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.
- 10.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,50** (cinquenta centavos) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 10.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:
- 10.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 10.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 10.8.3** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 10.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.9** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 10.10** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 10.10.1** Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 10.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.
- 10.11** Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.
- 10.12** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 10.13** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 11 MODO DE DISPUTA ABERTO**
- 11.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- 11.2** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- 11.3** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 11.4** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 11.5** Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 11.6** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 12 JULGAMENTO**
- 12.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço do quilo**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 12.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 12.3** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 12.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 12.5** Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.
- 12.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**13 HABILITAÇÃO**

- 13.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 13.2** A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.
- 13.3** Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 13.3.1** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 13.3.2** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 13.3.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- 13.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via "chat", o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 13.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

**13.5.1 Habilitação jurídica:**

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou sociedade limitada unipessoal;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e)** Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- f)** Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- b)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- c)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
- d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.
- e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.
- g)** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

**13.5.3 Qualificação econômico-financeira**

- a)** Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- b)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- c)** Comprovação da boa situação financeira da empresa, na forma da lei e pelos índices contábeis, observadas as disposições do artigo 69, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- d)** A comprovação da qualificação econômico-financeira será realizada por meio do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.
- e)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- f)** Na sociedade empresarial regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
- g)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, comprovando-se que as cópias apresentadas correspondem aos livros devidamente autenticados no órgão de registro competente.
- h)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optarem por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- i)** Para empresa declaradas como ME ou EPP, comprovar o enquadramento conforme Lei Complementar 123/2006
- j)** Demonstração em folha isolada, datada e assinada, pelo contador e responsáveis pela empresa, de que a licitante possui Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (ISG), calculados a partir do Balanço Patrimonial do último exercício social:

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Onde: ILC - Índice de Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante  
ILG - Índice de Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
ISG - Índice de Solvência Geral = Ativo Total / Passivo Circulante + 18 Passivo Não Circulante.

**k)** Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem resultados superiores a 1 (um), para cada um dos índices mencionados no subitem "j".

**l)** As empresas que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer um dos índices mencionados acima, deverão comprovar o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta, como exigência para sua habilitação.

#### **13.5.4 Qualificação técnica**

**a)** A documentação relativa à qualificação técnica não poderá fazer menção a serviços prestados após a abertura da sessão pública e consistirá em:

**a.1)** Certidão(ões) ou atestado(s) em nome do licitante, fornecidos por pessoas Jurídicas de direito público ou privado, que ateste fornecimento anterior compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da Licitação, indicando o local, natureza, volume, quantidades, período do fornecimento e outros dados característicos dos fornecimentos.

**a.1.1)** Entende-se compatível o(s) atestado(s) que comprove(m) capacidade de fornecimento mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo mensal estimado do objeto desta licitação, ou com características semelhantes (tais como: Leite em pó (integral, desnatado, semidesnatado, sem lactose, enriquecido), leite UHT e composto lácteo sem sabor), em um único fornecimento ou em diversos fornecimentos durante um mês.

**a.1.2)** A(s) certidão(ões)/atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridades ou representante de quem os expediu, com a devida identificação (nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, datado, nome, cargo e carimbo da pessoa que emite o documento).

**a.2)** Ficha Técnica cujos itens que a compõe deverão corresponder à proposta da licitante, inclusive no que diz respeito à embalagem e à rotulagem.

**a.2.1)** A ficha técnica mencionada no subitem **a.2** deverá ser apresentada em uma via original ou cópia reprográfica autenticada, em papel timbrado, conforme Formulário – Modelo de Ficha Técnica ao final do Apêndice "A" do Anexo I Especificação dos Produtos.

**a.2.2)** Caso o produto a ser fornecido a esta Administração seja fabricado em diferentes estabelecimentos da mesma empresa, deverá ser apresentado o documento solicitado no subitem **a.2** para cada unidade fabricante.

**a.3)** Todos os itens da ficha técnica deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com as especificações do Apêndice "A" do Anexo I - Especificação dos Produtos e conforme o Formulário item 7 (Apêndice "A" do Anexo I), e apresentados em papel timbrado do fabricante, com data e assinatura do responsável técnico pelo estabelecimento.

**a.4)** Em caso de dúvida, o pregoeiro poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

#### **13.5.5 Outros Documentos de habilitação:**

**a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021

**b)** Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

**c)** Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

**d)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**e)** Declaração de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

**13.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **Anexo V** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**13.6.** A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

**13.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

**13.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

**13.6.3** Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

**13.6.4** A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**13.6.5** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**13.6.5.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**13.6.5.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

**13.6.6** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

**13.6.7** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

**13.6.8** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

**13.6.9.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 13.7** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA - CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
  - c)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria\\_de\\_bens\\_e\\_servicos\\_cobes/empresas\\_punidas/9255](https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255);
  - d)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
  - e)** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP: (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeenados>);
  - f)** Bolsa Eletrônica de Compras SP - BEC: ([https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx));
  - g)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ([https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf/web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf?jsessionid=uTP4vyxDU02\\_QjBDc0kmHglg.srvv4288\\_inst01](https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf/web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf?jsessionid=uTP4vyxDU02_QjBDc0kmHglg.srvv4288_inst01));
  - h)** Tribunal de Contas da União – TCU: [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7559541168126::::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7559541168126::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- 13.7.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.
- 13.8** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 13.8.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.
- 13.8.1.1** Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro da cláusula 2.1, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.
- 13.8.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.
- 13.8.3** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 13.8.4** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 13.8.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

**14. DOCUMENTOS TÉCNICOS**

- 14.1** Concluída a fase de habilitação, após a divulgação do resultado pelo pregoeiro, a sessão será suspensa para solicitação da documentação técnica referente ao objeto do certame, conforme subitens 14.2 a 14.5.2 abaixo. Na oportunidade, o pregoeiro designará data para divulgação do resultado da análise da documentação técnica para continuidade da sessão pública.

- 14.2** Declaração assinada pelo responsável técnico da empresa fabricante e/ou do importador, de que o fabricante elaborou e implementou as "Boas Práticas de Fabricação" na sua linha de produção, conforme determina a legislação em vigor. Além disso, deverá declarar que o produto cumpre o disposto no código de prática de higiene para fórmulas em pó para lactentes e crianças de primeira infância do Codex Alimentarius (CAC/RCP 66 - 2008) e suas atualizações, e nas diretrizes para preparação, armazenamento e manipulação em condições higiênicas de preparações em pó para lactentes da Organização Mundial da Saúde.

- 14.3** Documento de Regularidade do Produto no Órgão Competente: Uma via do "comprovante de Avaliação de Rótulos" (acompanhado do modelo de rótulo da embalagem primária aprovado pelo Mapa); ou "Relatório de Solicitação de Registro de Produto" obtido via internet (acompanhado da reprodução fidedigna e legível do rótulo); ou do "Certificado de Registro de Produto" (acompanhado de reprodução fidedigna e legível do rótulo), para caso de SISP.

**14.4 Cópia reprográfica autenticada dos seguintes documentos:**

**a)** Comprovação de Regularidade do Estabelecimento Fabricante junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); ou junto ao Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI); ou junto ao Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP), vinculado à Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA); **e**

**b)** Declaração destes órgãos de que possui inspeção do SIF; ou está cadastrado no SISBI; ou está cadastrado no SISP; ou ficha (laudo ou relatório) da última inspeção realizada pelo Serviço de Inspeção Federal; ou pelo Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal aderido ao SISBI; ou pelo Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP).

- 14.5** Documento específico vigente expedido pelo Conselho de Classe (Certidão de Registro e Quitação ou Anotação de Responsabilidade Técnica acompanhada da Certidão) em que o Responsável Técnico (RT) está registrado, comprovando que este profissional está registrado como Responsável Técnico do estabelecimento fabricante.

- 14.5.1** No caso de produtos importados, deverá ser apresentado o documento específico expedido pelo Conselho de Classe em que o Responsável Técnico (RT) do importador ou representante do Estabelecimento Fabricante está registrado.

- 14.6** Comprovação de que o estabelecimento fabricante está apto ao seu funcionamento: Apresentação de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, dentro de sua validade, emitido pela autoridade sanitária competente do Estado, Distrito Federal ou Município, ou cópia datada da última publicação do Diário Oficial de deferimento no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde (CMVS) ou no Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS).

- 14.6.1** No caso de produtos importados, deverá ser apresentado o Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do importador, dentro de sua validade, emitido pela autoridade competente do Estado,



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Distrito Federal ou Município. Quando o estabelecimento do importador ou representante do fabricante se constituir em 20 escritório comercial, deve(m) ser apresentado(s) o(s) Alvará(s) Sanitário(s) ou Licença(s) de Funcionamento(s) do(s) Centro(s) de Distribuição ou depósito(s) onde será(ão) armazenado(s) o(s) produto(s), objeto do pretendido fornecimento, em território brasileiro.

- 14.6.2** Caso o produto seja fabricado em diferentes estabelecimentos da mesma empresa, deverão ser apresentados os documentos estabelecidos nos subitens 14.2, 14.3, 14.4 e 14.5 dos respectivos estabelecimentos.

- 14.7 Laudo de Análise Laboratorial:** Uma via original ou cópia reprográfica autenticada de laudos de análises laboratoriais, referentes à amostra indicativa de unidades do mesmo lote de fabricação. Análises laboratoriais previstas nos subitens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 do Apêndice "A" do Anexo I de Especificação dos Produtos.

- 14.7.1** Os laudos apresentados no certame não poderão ter data anterior a 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública e deverão ser emitidos por laboratórios de análise de alimentos, conforme abaixo:

- a)** laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura, **ou**
- b)** laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde ou pelo Ministério da Agricultura **ou**
- c)** laboratórios de ensaios acreditados pelo INMETRO segundo as normas vigentes ABNT NBR ISO/IEC 17025 ou ABNT NBR ISO/IEC 17043 (ou outras que vierem a ser aprovadas, válidas e atualizadas), pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio - RBLE); **ou**
- d)** laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais.

- 14.8** A licitante será desclassificada caso não atenda às especificações dos documentos técnicos e amostras (apresentação e resultado das análises descritas nos subitens 14.2 e 14.7.1.

- 14.9** A licitante provisoriamente mais bem classificada terá prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da suspensão da sessão pública, para entrega da documentação descrita nos subitens 14.2 a 14.7.1.

**15. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 15.1** Após o encerramento da fase de habilitação, os licitantes remanescentes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor, para formação do Cadastro de Reserva.

- 15.2** A apresentação de novas propostas, na forma da cláusula 15.1, será registrada na ata da sessão pública e não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

- 15.3** O cadastro de reserva será acionado nas seguintes hipóteses:

- a)** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; **ou**
- b)** quando houver o cancelamento do registro de preços em relação à detentora da Ata.

- 15.4** O acionamento do cadastro de reserva observará o procedimento descrito na cláusula 19.8 e suas subcláusulas deste Edital.

**16 FASE RECURSAL**

- 16.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 16.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 16.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 16.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 16.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 16.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

**17 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 17.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18 PREÇO E DOTAÇÃO**

- 18.1** O preço a ser registrado será o ofertado pela licitante vencedora, a quem o objeto for adjudicado.
- 18.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 18.3** Os critérios e condições para a revisão ou o reajuste do preço registrado estão previstos na Minuta de Ata de Registro de Preços (**Anexo III deste Edital**).
- 18.4** A(s) dotação(ões) orçamentária(s) pertinente(s) será(ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

**19 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 19.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 19.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:
- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 19.2** Para a formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 19.2.1** Como condição à assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.
- 19.3** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 19.4** A Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 19.5** A Ata de Registro de Preços indicará a sua detentora, a descrição do objeto, suas quantidades, os preços registrados e os critérios para sua revisão ou reajustamento, as atribuições e obrigações das partes, as penalidades e demais condições do ajuste, conforme Minuta que integra o **Anexo III** deste Edital.
- 19.6** O preço registrado, com a indicação da detentora da Ata, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 19.7** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 19.8** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 19.8.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.
- 19.8.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade ([https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_controlador.php?acao=inicio](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio)) e divulgado nos endereços eletrônicos <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – **925013 (PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)**.
- 19.8.3** Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes que constituem o cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.
- 19.8.4** Caso frustrada a providência descrita na cláusula 19.8.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

**20 DOS CONTRATOS**

- 20.1** A Ata de Registro de Preços disporá sobre as condições para a formalização dos contratos, conforme Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo III deste Edital).
- 20.2** O contrato estabelecerá as regras atinentes à execução e recebimento do objeto, às condições de pagamento, à fiscalização e gestão do contrato, às obrigações das partes e às penalidades pelo seu descumprimento, conforme Minuta de Contrato (Anexo IV deste Edital).

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**21 PENALIDADES**

- 21.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 21.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
  - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 21.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em formalizar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa de 20% (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, se assinada fosse, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses;
  - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;
- 21.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 21.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.
- 21.3** Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas "a" e "b" da cláusula 21.2 à licitante que:
- 21.3.1** deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;
  - 21.3.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 21.3.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 21.3.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 21.3.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 21.3.2.4** apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
  - 21.3.3** ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;
  - 21.3.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 21.3.5** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 21.3.5.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 21.3.5.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 21.3.6** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 21.3.7** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 21.4.** Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 21.2 e 21.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 21.5** A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.
- 21.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido a **Coordenador de Compras da Secretaria Municipal de Educação** e deverão ser enviados pelo correio eletrônico [smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br).
- 21.6.1** Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 21.7** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.
- 21.7.1** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.
- 21.8** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.9** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

**22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 22.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 22.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.
- 22.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.


**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 22.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 22.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, o Pregoeiro registrará, no chat do sistema eletrônico, a suspensão da sessão, bem como a data e o horário previstos para sua retomada, ficando a ocorrência devidamente registrada em ata.
- 22.8.2** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: [smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br](mailto:smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br).
- 22.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 22.10** Integrarão a Ata de Registro de Preços a ser firmada, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.
- 22.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 22.12** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 22.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 22.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 22.15** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 22.16** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade ([https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_controlador.php?acao=inicio](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio)) e nos sites eletrônicos <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1) - 925013 (PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 22.17** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 22.18** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos:  
<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>  
[https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1)  
[https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_controlador.php?acao=inicio](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio)
- 22.19** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.
- 22.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital - Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 22.21** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
  - APÊNDICE "A" - Especificações Técnicas;
  - APÊNDICE "B" - Controle de Recebimento e Pós Recebimento dos Produtos
  - ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
  - ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - ANEXO III "A" - Cadastro Reserva;
  - ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
  - ANEXO V - Modelo Referencial de Declarações.
  - ANEXO VI – Termo de Recebimento Definitivo

São Paulo, 08 de junho de 2026

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIANA RODRIGUES AMATO**  
Data: 08/06/2026 11:10:15-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Pregoeira(o)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000/2026/SME/2026**  
**PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 6016.2026/0039942-0**

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ITEM A: FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS**

**ITEM B: FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** O presente Termo de Referência tem por objeto registro de preços para aquisição de 236.098 kg de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS e 599.602 kg de FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas aos sistemas de Gestão Parceira (CEIs Parceiros e CEIs/CECIs) do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (PAE/SP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.1.1** O critério de contratação será pela modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, observados os quantitativos, as especificações e demais condições definidas neste Termo de Referência, devido à sua aplicação ser considerada a mais econômica e eficiente para garantir a competitividade e transparência.

<b>ALIMENTO</b>	<b>QUANTITATIVO ESTIMADO PARA 18 MESES *</b>	<b>ETAPAS</b>	<b>QUANTITATIVO MÁXIMO (MENSAL ESTIMADO - 18 MESES)</b>
FÓRMULA INFANTIL - 0º AO 06º MÊS	236.098 kg	18	13.116,56 Kg
FÓRMULA INFANTIL - 6º AO 12º MÊS	599.602 kg	18	33.311,22 Kg

**1.1.1.1** Considerando que a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses e que os contratos dela decorrentes poderão ser formalizados durante todo esse período, observa-se que a execução do fornecimento poderá se estender além da vigência da ata, desde que o instrumento contratual tenha sido celebrado dentro de seu prazo de vigência. Em razão dessa sistemática, o quantitativo estimado da contratação foi calculado para um período de **18 (dezoito) meses\***, contemplando tanto os acionamentos realizados durante a vigência da ata quanto os respectivos períodos de execução contratual decorrentes. Dessa forma, optou-se pela definição de um limite máximo de utilização da ata, com o objetivo de conferir maior transparência e previsibilidade às empresas participantes da licitação quanto ao volume potencial de fornecimento decorrente da contratação.

**1.2** Para cumprimento do disposto nos arts. 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a licitação será dividida em lotes destinados à participação ampla de quaisquer interessados e lotes destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no Decreto nº 8.538/2015, art. 1º, § 2º.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	TOTAL PRETENDIDO	ITEM	QUANTITATIVO (POR ITEM)	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PERCENTUAL (%)	QUANTITATIVO MÁXIMO (MENSAL ESTIMADO - 18 MESES*)
FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS	236.098 kg	1	187.029 Kg	AMPLA	79,22%	10.390,50 Kg
		2	49.069 Kg	EXCLUSIVA	20,78%	2.726,06 Kg
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS	599.602 kg	3	551.279 Kg	AMPLA	91,94%	30.626,61 Kg
		4	48.323 Kg	EXCLUSIVA	8,06%	2.684,61 Kg

- 1.3** Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns para efeito de utilização da modalidade pregão, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 22 do Decreto 62.100, de 2022.
- 1.5** A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.5.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, observado o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1** A fundamentação da presente contratação e seus quantitativos referem-se à abertura de Licitação visando ao registro de preços para aquisição de alimentos que irão compor o rol de produtos básicos fornecidos por essa Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) para os alunos da Rede Municipal de Ensino (RME) com Gestão Parceira. Assim, considerando a necessidade de prover alimentação adequada, saudável e segura aos bebês de 0 a 12 meses, quando impossibilitados de receber amamentação nos espaços de educação infantil (aleitamento materno ou leite materno ordenhado) durante o período de permanência nas Unidades Escolares, a aquisição faz-se necessária para garantir a segurança alimentar e nutricional e viabilizar a elaboração de cardápios com composição nutricional adequada às necessidades alimentares dessas faixas etárias
- 2.2** O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme informações básicas do referido Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1** A solução consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), para formação de Ata de Registro de Preços visando à aquisição de 236.098 kg de Fórmula Infantil de Partida - 0 a 6 meses e 599.602 kg de Fórmula Infantil de Seguimento - 6 a 12 meses (Item B), com entrega centralizada. O modelo logístico adotado prevê o armazenamento centralizado dos produtos, com o objetivo de otimizar as etapas de recebimento, controle de qualidade, armazenamento e distribuição às unidades educacionais, assegurando maior



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

padronização dos procedimentos, rastreabilidade e controle sanitário, além de maior eficiência na gestão de estoques. A seleção da proposta observará as condições estabelecidas no edital e seus

anexos, devendo os produtos atender integralmente às normas sanitárias e de controle de qualidade aplicáveis. A execução contratual contará com acompanhamento por equipe técnica responsável pela gestão e fiscalização do ajuste, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a manutenção dos padrões de qualidade e boas práticas ao longo de toda a vigência da contratação.

**Da justificativa da solução**

- 3.2** No âmbito das contratações anteriores relativas ao fornecimento de fórmulas infantis, verifica-se a formalização de Atas de Registro de Preços e respectivos contratos administrativos com diferentes fornecedores, contemplando os itens A e B.

Para o **ITEM A: FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS**, foram celebradas as seguintes contratações:

- Ata de Registro de Preços nº 01/SME/CODAE/2024, que originou o Contrato nº 05/SME/CODAE/2026, firmado com a empresa GABEE FOODS, contemplando o fornecimento de 16.752 kg, ao valor unitário de R\$ 72,12/kg, totalizando R\$ 1.208.154,24, com vigência até 10/02/2027;
- Ata de Registro de Preços nº 02/SME/CODAE/2024, que originou o Contrato nº 03/SME/CODAE/2026, firmado com a empresa ANBIOTON, contemplando o fornecimento de 50.251,2 kg, ao valor unitário de R\$ 72,24/kg, totalizando R\$ 3.630.146,69, com vigência até 12/02/2027.

Para o **ITEM B: FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS**, foram registradas as seguintes contratações:

- Ata de Registro de Preços nº 20/SME/CODAE/2024, que originou o Contrato nº 04/SME/CODAE/2026, firmado com a empresa GABEE FOODS, contemplando o fornecimento de 45.254,4 kg, ao valor unitário de R\$ 62,28/kg, totalizando R\$ 2.818.444,03, com vigência até 19/01/2027;
- Ata de Registro de Preços nº 21/SME/CODAE/2024, que originou o Contrato nº 05/SME/CODAE/2026, firmado com a empresa ANBIOTON, contemplando o fornecimento de 135.753,6 kg, ao valor unitário de R\$ 62,28/kg, totalizando R\$ 8.454.734,21, com vigência até 12/02/2027.

- 3.2.1** Consta-se que a forma de contratação por meio de Pregão para Registro de Preços, maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, a mais assertiva considerando as disposições previstas na legislação do Programa de Alimentação Escolar.

**Da Divisão dos lotes**

- 3.3** Para cumprimento do disposto na Resolução CD/FNDE nº 04/2026, a licitação será dividida em lotes destinados à participação ampla de quaisquer interessados e lotes destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no Decreto Nº 8.538/2015, art. 1º, § 2º.

**Da Participação de Consórcio**

- 3.4** Acrescentamos que, apesar da participação do Consórcio ser permitida nas licitações conforme art. 15 da Lei Federal 14.133/2021, a sua autorização e previsão no edital é uma escolha discricionária da

### **Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Administração Pública, precedida de uma avaliação da realidade do mercado e a ponderação dos riscos frente a atuação de uma pluralidade de associados para execução do objeto.

Neste sentido, a jurisprudência do TCU já firmou entendimento sobre o caráter discricionário da admissão de Consórcio nas licitações públicas: "(...) a jurisprudência dessa Corte aponta para o caráter discricionário no que concerne à decisão acerca da participação de consórcios nos diversos eventos licitatórios, (Acórdão 1165/2012, rel. Min. Raimundo Carreiro)".

Por este motivo, e em termos de responsabilidades das contratadas, a Administração Pública opta pela vedação da participação de Consórcios para a aquisição de alimentos. A não previsão da participação do Consórcio justifica-se por todo já expostos, e por se tratar de um procedimento de compras que se revela de baixa complexidade e de natureza homogênea.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1** A presente contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos instituída pela Lei nº 12.305/2010. Como medidas mitigadoras e condicionantes ambientais, deverão ser observadas:

- a)** conformidade com a legislação ambiental, sanitária e regulatória vigente aplicável à produção, armazenamento, transporte e comercialização;
- b)** adequado acondicionamento e transporte dos produtos, com preservação da qualidade, segurança sanitária e integridade das embalagens;
- c)** observância das normas relativas à destinação ambientalmente adequada dos resíduos de embalagens, nos termos da legislação aplicável;

Salienta-se ainda o dever de a CONTRATADA observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

### **Subcontratação**

**4.2** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da Contratação**

**4.3** Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do art. 92, inciso XII e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES DA ENTREGA**

### **Condições de entrega**

**5.1** O prazo para o início da entrega do produto para a primeira etapa do cronograma é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da retirada da nota de empenho. Eventual prorrogação ficará a critério da Administração.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 5.2** Antes da primeira entrega do produto, a Contratada será convocada por meio do Diário Oficial da Cidade (DOC), a comparecer à Coordenadoria de Alimentação Escolar – CODAE, ou será notificada por sistema informatizado específico ou por e-mail, para assinatura do Termo de Contrato e retirada da Nota de Empenho junto ao Núcleo de Contratos, na mesma data.
- 5.3** As parcelas do produto deverão ser entregues em conformidade com o Anexo da Especificação do Produto e com o Anexo de Controle de Recebimento e Pós recebimento dos Produtos e poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação ao fornecedor sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.4** A entrega ocorrerá em etapas, conforme definido previamente no cronograma de entrega com a CODAE/DILOG e os contratados.

**Local, procedimento e prazo para entrega**

- 5.5** A entrega do produto deverá ocorrer no Centro de Distribuição da CONTRATANTE, operado pela empresa INTERMODAL BRASIL LOGÍSTICA LTDA, localizada na Rua Manoel Borba Gato, nº 100 – Edifício 01 – Bairro de Vila Sayago – Guarulhos/SP – CEP 07044-220, em data e horário estabelecidos no cronograma.
- 5.6** A critério da SME/CODAE poderá ser determinado outro local de entrega.
- 5.7** Os Cronogramas de entrega são estabelecidos pela CONTRATANTE, por meio do uso informatizado para esta finalidade ou por e-mail, e o não cumprimento destes 8 sujeitará a detentora às penalidades cabíveis.
- 5.8** As datas e/ou quantidades previstas no cronograma de entrega poderão ser alteradas pela CONTRATANTE desde que não haja prejuízo às unidades educacionais atendidas.
- 5.9** Nos campos adicionais das notas fiscais emitidas pela CONTRATADA deverão constar a etapa do cronograma (ou número da notificação reposta) e o número do Empenho a que se referem.
- 5.10** A Detentora obriga-se a manter, durante o prazo de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir
- 5.11** A Detentora assume inteira responsabilidade, pela qualidade e conformidade do objeto entregue, condições estas estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual a ser celebrado, bem como na legislação que regulamenta a matéria.

**6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de execução,

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

que conterá informações acerca das 9 obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

- 6.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.
- 6.6** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste termo de Referência, no Edital, no instrumento contratual e na legislação aplicável, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do artigo 119 e seguintes do Decreto nº 62.100/2022.
- 6.7** Os fiscais do contrato recepcionarão os documentos necessários para pagamento, previstos na Portaria SF nº 275/2024, que disciplina procedimentos para liquidação e pagamento, nos termos do Decreto 62.100/2022, artigos 119 e 120.
- 6.8** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência nos termos do Decreto nº 62.100/22.

**Gestor do Contrato**

- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento do contrato contendo todos os registros formais dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam: prorrogação, alteração, repactuação, ordem de início, entre outros, nos termos do Decreto nº 62.100/22, artigos 117 e 118.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

- 7.1** Todos os lotes adquiridos por SME/CODAE para compor os Programas de Alimentação da PMSP deverão ser inspecionados e analisados antes de sua entrega por um dos laboratórios de análises de alimentos, conforme especificados no Anexo ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA do Edital.
- 7.2** Antes da entrega de cada remessa/lote, a CONTRATADA deverá apresentar os resultados das Análises Laboratoriais cujas amostras deverão ser colhidas nas instalações de armazenagem do estabelecimento fabricante/empacotador ou no local onde o produto é armazenado, por um funcionário autorizado pelo laboratório, devem ocorrer em consonância com o disposto nos Anexos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA e CONTROLE DE RECEBIMENTO E PÓS RECEBIMENTO DOS PRODUTOS do Edital.
- 7.3** Os lotes/remessas de alimentos somente serão recebidos e pagos pela SME/CONTRATANTE após avaliação e conferência pela Comissão Permanente de Recebimento de Alimentos (CPRA) do Laudo de Análise Laboratorial, do Laudo de Reanálise Laboratorial (se houver).
- 7.4** Os alimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos anexos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA e CONTROLE DE RECEBIMENTO E PÓS RECEBIMENTO DOS PRODUTOS, previstos no Edital e na proposta apresentada.
- 7.5** Na hipótese, para fins de reposição ou substituição do produto, a contratada deverá se comunicar com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência, acordando com a Comissão Permanente de Recebimento

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

de Alimentos (CPRA) a melhor data para a entrega, que ocorrerá às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 7.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 11.141/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Termo de Recebimento Definitivo**

- 7.8** O Recebimento Definitivo dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da aceitação de todo o quantitativo presente no contrato. Uma vez verificado o atendimento integral da execução do fornecimento contratado, mediante os atestes firmados pelos servidores responsáveis - fiscais do contrato. (art. 117 da lei nº 14.133, de 2021).
- 7.8.1** Na hipótese da identificação de produtos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas descritas nos Anexos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA e CONTROLE DE RECEBIMENTO E PÓS RECEBIMENTO DOS PRODUTOS do Edital, a SME poderá rejeitá-los, devendo a Contratada se responsabilizar por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição, bem como, comprometer-se a entregar o objeto licitado, sanando todas as ressalvas apresentadas, independentemente de outras sanções aplicáveis de acordo com o Contrato.
- 7.8.2** O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

**Condições pagamento**

- 7.9** O valor total do Contrato compreenderá todos os custos diretos e indiretos, os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e demais despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação.
- 7.10** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da Contratada no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 22/01/10;
- 7.11** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os fornecimentos, mediante apresentação do pedido de pagamento, acompanhado pelos originais da nota fiscal ou nota fiscal fatura, cópia reprográfica da nota de empenho, e demais documentos cabíveis em atenção às normas estabelecidas pela Portaria SF nº 275/2024 e alterações.
- 7.12** Na hipótese de existir nota de retificação ou nota suplementar de empenho, cópias destas deverão acompanhar os demais documentos.
- 7.13** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for atestada, pela Administração, por meio de fiscal constituído, a efetiva entrega do produto, acompanhada da documentação exigida pela Portaria SF 275/2024 e alterações. O ateste da entrega deverá observar todo o procedimento previsto na referida Portaria, especialmente o artigo 1º, §§ 5º e 6º.
- 7.14** Caso a CONTRATADA precise adotar providências complementares, a fluência do prazo referido no item antecedente será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 7.15** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.
- 7.16** Em caso de eventuais antecipações de pagamento, nos termos da legislação vigente, o valor a ser pago terá um desconto, calculado com base em critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- 7.17** A CONTRATADA deverá guardar, pelo prazo de (5) cinco anos, cópias das notas fiscais de venda, ou congêneres, dos produtos participantes do projeto de venda, que deverão permanecer à disposição da CONTRATANTE para comprovação.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com sistema de registro de preços. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**Forma de fornecimento**

- 8.2** O fornecimento do objeto será parcelado.

**Exigências de habilitação**

- 8.3** Para fins de habilitação, os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF (edital).

**Qualificação Técnica**

- 8.5** A documentação relativa à qualificação técnica não poderá fazer menção a serviços prestados após a abertura da sessão pública e consistirá em:
- 8.5.1** Certidão(ões) ou atestado(s) em nome do licitante, fornecidos por pessoas Jurídicas de direito público ou privado, que ateste fornecimento anterior compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da Licitação, indicando o local, natureza, volume, quantidades, período do fornecimento e outros dados característicos dos fornecimentos.
- 8.5.1.1** Entende-se compatível o(s) atestado(s) que comprove(m) capacidade de fornecimento mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo mensal estimado do objeto desta licitação, ou com características semelhantes (tais como: Leite em pó (integral, desnatado, semidesnatado, sem lactose, enriquecido), leite UHT e composto lácteo sem sabor), em um único fornecimento ou em diversos fornecimentos durante um mês.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 8.5.1.2** A(s) certidão(ões)/atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridades ou representante de quem os expediu, com a devida identificação (nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, datado, nome, cargo e carimbo da pessoa que emite o documento).
- 8.5.2** Ficha Técnica cujos itens que a compõe deverão corresponder à proposta da licitante, inclusive no que diz respeito à embalagem e à rotulagem.
- 8.5.2.1** A ficha técnica mencionada no subitem 8.5.2 deverá ser apresentada em uma via original ou cópia reprográfica autenticada, em papel timbrado, conforme Formulário – Modelo de Ficha Técnica ao final do Apêndice “A” do Anexo I Especificação dos Produtos.
- 8.5.2.2** Caso o produto a ser fornecido a esta Administração seja fabricado em diferentes estabelecimentos da mesma empresa, deverá ser apresentado o documento solicitado no subitem 8.5.2 para cada unidade fabricante.
- 8.5.3** Todos os itens da ficha técnica deverão ser preenchidos obrigatoriamente de acordo com as especificações do Apêndice “A” do Anexo I - Especificação dos Produtos e conforme o Formulário item 7 (Apêndice “A” do Anexo I), e apresentados em papel timbrado do fabricante, com data e assinatura do responsável técnico pelo estabelecimento.
- 8.5.4** Em caso de dúvida, o pregoeiro poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

**9. DOCUMENTOS TÉCNICOS**

- 9.1** Concluída a fase de habilitação, após a divulgação do resultado pelo pregoeiro, a sessão será suspensa para solicitação da documentação técnica referente ao objeto do certame, conforme subitens 9.2 a 9.5.2 abaixo. Na oportunidade, o pregoeiro designará data para divulgação do resultado da análise da documentação técnica para continuidade da sessão pública.
- 9.2** Declaração assinada pelo responsável técnico da empresa fabricante e/ou do importador, de que o fabricante elaborou e implementou as “Boas Práticas de Fabricação” na sua linha de produção, conforme determina a legislação em vigor. Além disso, deverá declarar que o produto cumpre o disposto no código de prática de higiene para fórmulas em pó para lactentes e crianças de primeira infância do Codex Alimentarius (CAC/RCP 66 - 2008) e suas atualizações, e nas diretrizes para preparação, armazenamento e manipulação em condições higiênicas de preparações em pó para lactentes da Organização Mundial da Saúde.
- 9.3** Documento de Regularidade do Produto no Órgão Competente: Uma via do “comprovante de Avaliação de Rótulos” (acompanhado do modelo de rótulo da embalagem primária aprovado pelo Mapa); ou “Relatório de Solicitação de Registro de Produto” obtido via internet (acompanhado da reprodução fidedigna e legível do rótulo); ou do “Certificado de Registro de Produto” (acompanhado de reprodução fidedigna e legível do rótulo), para caso de SISP.

**9.4 Cópia reprográfica autenticada dos seguintes documentos:**

- a)** Comprovação de Regularidade do Estabelecimento Fabricante junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); ou junto ao Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI); ou junto ao Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP), vinculado à Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA); **e**



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- b)** Declaração destes órgãos de que possui inspeção do SIF; ou está cadastrado no SISBI; ou está cadastrado no SISP; ou ficha (laudo ou relatório) da última inspeção realizada pelo Serviço de Inspeção Federal; ou pelo Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal aderido ao SISBI; ou pelo Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP).
- 9.5** Documento específico vigente expedido pelo Conselho de Classe (Certidão de Registro e Quitação ou Anotação de Responsabilidade Técnica acompanhada da Certidão) em que o Responsável Técnico (RT) está registrado, comprovando que este profissional está registrado como Responsável Técnico do estabelecimento fabricante.
- 9.5.1** No caso de produtos importados, deverá ser apresentado o documento específico expedido pelo Conselho de Classe em que o Responsável Técnico (RT) do importador ou representante do Estabelecimento Fabricante está registrado.
- 9.6** Comprovação de que o estabelecimento fabricante está apto ao seu funcionamento: Apresentação de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, dentro de sua validade, emitido pela autoridade sanitária competente do Estado, Distrito Federal ou Município, ou cópia datada da última publicação do Diário Oficial de deferimento no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde (CMVS) ou no Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária (CEVS).
- 9.6.1** No caso de produtos importados, deverá ser apresentado o Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do importador, dentro de sua validade, emitido pela autoridade competente do Estado, Distrito Federal ou Município. Quando o estabelecimento do importador ou representante do fabricante se constituir em 20 escritório comercial, deve(m) ser apresentado(s) o(s) Alvará(s) Sanitário(s) ou Licença(s) de Funcionamento(s) do(s) Centro(s) de Distribuição ou depósito(s) onde será(ão) armazenado(s) o(s) produto(s), objeto do pretendido fornecimento, em território brasileiro.
- 9.6.2** Caso o produto seja fabricado em diferentes estabelecimentos da mesma empresa, deverão ser apresentados os documentos estabelecidos nos subitens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 dos respectivos estabelecimentos.
- 9.7** Laudo de Análise Laboratorial: Uma via original ou cópia reprográfica autenticada de laudos de análises laboratoriais, referentes à amostra indicativa de unidades do mesmo lote de fabricação. Análises laboratoriais previstas nos subitens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 do Anexo de Especificação dos Produtos.
- 9.7.1** Os laudos apresentados no certame não poderão ter data anterior a 180 (cento e oitenta) dias da abertura da sessão pública e deverão ser emitidos por laboratórios de análise de alimentos, conforme abaixo:
- a) laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura, **ou**
  - b) laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde ou pelo Ministério da Agricultura **ou**
  - c) laboratórios de ensaios acreditados pelo INMETRO segundo as normas vigentes ABNT NBR ISO/IEC 17025 ou ABNT NBR ISO/IEC 17043 (ou outras que vierem a ser aprovadas, válidas e atualizadas), pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio – RBLE); **ou**
  - d) laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais.
- 9.8** A licitante será desclassificada caso não atenda às especificações dos documentos técnicos e amostras (apresentação e resultado das análises descritas nos subitens 9.2 e 9.7.1.
- 9.9** A licitante provisoriamente mais bem classificada terá prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da suspensão da sessão pública, para entrega da documentação descrita nos subitens 9.2 a 9.7.1.



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**Do controle de qualidade**

- 9.10** O controle de qualidade do produto será efetuado a cada entrega e sempre que os técnicos da Comissão Permanente de Recebimento de Alimentos (CPRA) julgarem necessário, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar novas análises laboratoriais que lhe forem solicitadas e a arcar com os custos envolvidos. A colheita das amostras poderá ocorrer nas dependências do Fabricante, no CD CONTRATANTE e/ou nas unidades atendidas, e deverá ser feita por um funcionário responsável pelo laboratório.
- 9.11** A avaliação da qualidade do produto na entrega compreenderá a avaliação de características básicas (condições de apresentação do produto e exame visual), a conferência das informações da rotulagem das embalagens primária e secundária com a ficha técnica do produto e a análise dos laudos laboratoriais. Tais avaliações serão realizadas em conjunto ou de forma independente e a qualquer tempo.
- 9.12** O produto também poderá ser submetido à Análise Técnica e Sensorial, além de estar sujeito à retenção da remessa/lote no CD da CONTRATANTE e à substituição da remessa/lote caso os resultados sejam insatisfatórios ao longo do período de armazenamento no CD da CONTRATANTE e/ou nas unidades educacionais atendidas.

**Da exigência da amostra**

- 9.13** A critério da CONTRATANTE e de acordo com o histórico dos registros de reclamações de qualidade do produto das unidades educacionais atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, independentemente dos resultados da inspeção (se houver) e das análises laboratoriais, serão colhidas amostras destinadas exclusivamente à avaliação técnica e/ou sensorial, não sendo consideradas amostras para reanálise laboratorial pela CONTRATANTE.
- 9.14** Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, disposto na ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO.
- 9.15** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.16** Se houver a constatação pelos técnicos da CONTRATANTE, a partir da inspeção do produto (se houver) e/ou análise técnico culinária e/ou sensorial e/ou dos registros de reclamações de qualidade pelas unidades educacionais de que o produto é impróprio ao consumo e/ou não atende às especificações de qualidade estabelecidas, a CONTRATADA deverá proceder à retirada e/ou à substituição do produto em prazo determinado pela CONTRATANTE.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1** Considerando o disposto no artigo 32 do Decreto nº 62.100/2022 "A publicidade do orçamento da Administração permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, observado o disposto no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133, de 2021".

**Reajuste dos preços registrados**

- 10.2** Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data-base do orçamento estimado em **24/04/2026**, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado do respectivo insumo, tendo em vista a previsão do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/21.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 10.3** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE conforme o disposto no Decreto nº 57.580 de 19/01/2017 e Portaria SF nº 389 de 18/12/2017, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 10.4** A partir do primeiro reajuste, a aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.
- 10.5** As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à matéria.
- 10.6** Eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA deverão seguir a legislação pertinente, aplicando-se dessa forma o regramento específico previsto no Município.
- 10.7** Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos do pedido.
- 10.8** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que a CONTRATADA não teria condições de suportar já na época de apresentação da sua Proposta. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas.
- 10.9** Durante a análise do pedido de reequilíbrio pela CONTRATANTE, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto contratado. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações assumidas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1** A dotação a ser onerada para a presente aquisição correrá à conta de recursos específicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE/FNDE - 16.24.12.306.3016.2.801.33903000.02.1.552.0640.0.
- 11.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 12.1** A adjudicação decorrente desta Licitação na modalidade Pregão pelo critério menor preço será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços.
- 12.2** O primeiro colocado será convocado via Diário Oficial e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma vez, por até igual período, se solicitado, justificado pelo ADJUDICÁRIO e autorizado pela CODAE.
- 12.3** O adjudicatário que, convocado para assinar o Ata de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
- 12.4** A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**13. DA ASSINATURA DO TERMO DO CONTRATO**

**13.1** No ato da assinatura do contrato, Adjudicatária fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante sua vigência, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**13.1.1** Após a convocação da Detentora, essa terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do contrato, quando cabível e/ou a retirada da nota de empenho pertinente.

**13.2** A Contratada não pode se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho.

**13.2.1** Na hipótese de inobservância da obrigação prevista no item acima, a critério da administração, poderá ser celebrado contrato com remanescentes da licitação, observadas a ordem classificatória e nas mesmas condições oferecidas pela Detentora, inclusive quanto ao preço.

**13.3** A convocação da Detentora será formalizada por meio da publicação no DOC, após a autorização por parte da autoridade competente.

**13.3.1** Para a retirada da nota de empenho e para a assinatura de contrato, a proponente deverá apresentar documentos previstos na IN nº 02/2019 TCM/SP e declarações conforme segue abaixo:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Contratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c)** Certidão negativa conjunta de débitos relativos a tributos federais, a dívida ativa da União e contribuições previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil.
- d)** Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede da Contratada. No caso de a Contratada ter domicílio no estado de São Paulo a certidão de regularidade deverá ser a Certidão negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, conforme regras da Resolução Conjunta SF/PGE 02/2013 ou outra norma que vier a substituí-la.
- e)** Certidão negativa de débitos referentes a tributos municipais relacionados com a prestação licitada, expedida por meio de unidade administrativa competente do domicílio da Contratada.
- f)** Ficha de Dados Cadastrais (FDC), que é o comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Mobiliários (CCM) no município de São Paulo.
- g)** Certidão negativa de débito tributário mobiliário, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças deste Município de São Paulo. Caso o proponente não esteja inscrito no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não está cadastrada e que nada deve a esta municipalidade, relativamente aos tributos afetos à prestação licitada.
- h)** Documento obtido via internet comprovando a ausência de inscrição do proponente no CADIN Municipal.
- i)** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- j)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- k)** Certificado de Apenamento emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP.
- l)** Certidão Negativa de proponente inidôneos, emitida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- m)** Certificado de Registro Cadastral (CRC) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.
  - n)** Certidão Negativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, referente ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias.
  - o)** Declaração de inexistência de restrição para licitar e/ou contratar com a Administração Pública em relação ao Município de São Paulo.
- 13.3.2** Serão aceitas como prova de regularidade fiscal certidões positivas com efeito de negativas.
- 13.3.3** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, mediante solicitação da interessada, antes do término do prazo previsto no subitem antecedente.
- 13.4** O Contrato deverá ser assinado por representante legal ou procurador do adjudicatário.
- 13.5** A Contratada deverá apresentar por ocasião da assinatura do contrato a Prova de inscrição do Responsável Técnico pelo estabelecimento no respectivo Conselho de Classe.
- 13.5.1** A CONTRATADA deverá comprovar que o Responsável Técnico está registrado como tal (RT) no respectivo Conselho de Classe, através da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Certidão de Comprovação de Atividade Técnica (CCAT), ou Certidão Negativa ou documento equivalente expedido pelo Conselho Profissional do Técnico Responsável.
- 13.6** A Contratada deverá comunicar à Administração toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização, e deverá ainda manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da assinatura.

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Salvo caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, garantida a defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua intimação. As sanções previstas são as seguintes:

- a)** advertência;
  - b)** multa;
  - c)** impedimento de licitar e contratar;
  - d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.1.1** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b)** as peculiaridades do caso concreto;
  - c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**14.2 Advertência**

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**14.2.1** Poderá ser aplicada a sanção de advertência para os casos considerados de menor gravidade, observadas as peculiaridades do caso concreto, nos quais a Contratada ainda que tenha adotado medidas corretivas, mereça ser repreendida e/ou alertada de que a reincidência implicará em penalidade de maior gravidade;

**14.2.2** Afastada a hipótese do item anterior ensejarão conforme a gravidade do caso as seguintes sanções:

**14.3 Das multas por atraso**

**14.3.1** Nas hipóteses de atraso na entrega ou na reposição do produto, a Contratada ficará sujeita às penalidades abaixo:

**14.3.2** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) para atrasos até 15 (quinze) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada por dia de atraso;

**14.3.3** Multa moratória de 10% (dez por cento) para atrasos superiores a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada;

**14.3.4** Multa moratória de 20% (vinte por cento) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada, caso não tenha havido grave dano à administração devidamente justificada pela unidade demandante;

**14.4 Da multa compensatória**

**14.4.1** Será aplicada multa compensatória, calculada sobre o total contratado, quando for constatada (1) qualidade comprometida por dissonância com as especificações contratuais, evidenciada por inspeção, análises sensoriais, técnicas, microscópicas, microbiológicas e/ou toxicológicas; (2) qualidade comprometida indicativa de falhas nas boas práticas da empresa fornecedora.

**14.4.2** A multa compensatória poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre a precificação total do contrato, a depender da gravidade do caso.

**14.5 Inexecução parcial do contrato**

**14.5.1** No caso de inexecução parcial do contrato, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre a precificação da parcela não executada.

**14.5.1.1** A inexecução parcial do contrato ficará caracterizada quando ocorrer:

- a)** a não entrega ou não reposição do produto em prazo superior a 30 (trinta) dias da última data cronogramada ou da data limite estabelecida/autorizada pela CODAE;
- b)** na hipótese de cronograma contendo diversas etapas, a não entrega na(s) data(s) programada(s) de quantitativo que ultrapasse mais da metade do quantitativo estabelecido no cronograma.

**14.6 Inexecução total do contrato**

**14.6.1** No caso de inexecução total do contrato, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre a precificação do total do contratado.

**14.6.2** Se a infração cometida pela CONTRATADA caracterizar má-fé ou causar grave prejuízo ao abastecimento nas unidades educacionais, poderão ser aplicadas, a critério da administração, as penalidades de impedimento de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**14.7 Da Extinção e da Rescisão do contrato**

- 14.7.1** A Contratante poderá extinguir o contrato, conforme as disposições previstas no art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 13.144/21 e legislação vigente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.8 Disposições gerais das penalidades**

- 14.8.1** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.8.2** Na aplicação das sanções serão consideradas, pela autoridade competente, a gravidade da conduta cometida, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.8.3** As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, sendo descontadas do pagamento devido ou cobradas administrativamente ou judicialmente.
- 14.8.4** A CONTRATANTE poderá rescindir de imediato o Contrato caso a CONTRATADA venha a reincidir nas infrações elencadas nos subitens acima, sem prejuízo de outras sanções administrativas aplicáveis à espécie previstas Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.8.5** Na hipótese de eventuais pendências ocorridas durante o cronograma de entrega, tendo em vista o disposto na cláusula 14.3 e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula 14.1, deverão ser ajustadas em até 30 dias após a data programada para última etapa, ou outro prazo definido pela CONTRATANTE.
- 14.8.5.1** No caso de troca ou reposição do produto, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos custos da análise e, também, da armazenagem, a saber: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pelo fornecedor por meio de recolhimento do Documento de Arrecadação do Município nos termos da Portaria SF 63/2006, a ser emitido pela CONTRATANTE.
- 14.8.5.2** Na hipótese acima, o órgão competente da SME comunicará à Secretaria Municipal de Finanças, para que não seja efetuado o respectivo pagamento da mercadoria à CONTRATADA, até que seja atestado o novo recebimento pela Diretoria de Qualidade e Logística-DILOG.
- 14.8.6** O prazo para a apresentação de defesa prévia será de (15) quinze dias úteis a contar da notificação da CONTRATADA.
- 14.8.7** Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, esclarecendo os fatos que motivaram o inadimplemento, ou no caso de força maior, que a CONTRATADA comprove, através de documentação nos autos, a ocorrência do evento impeditivo do cumprimento da obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, nos termos do art. 146 do Decreto nº 62.100/22;
- 14.8.8** Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do Capítulo II da Lei Federal 14.133/21, observados os prazos ali fixados.
- 14.8.8.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Senhor Secretário Municipal de Educação e enviados para o mesmo e-mail em que a CONTRATADA for notificada ou entregues presencialmente nas dependências da CODAE no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 14.8.9** As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do Contrato até o limite do valor apurado, nos termos da Portaria SF nº 275 /24 da Secretaria das Finanças ou outra que viera substituí-la;
- 14.8.9.1** Inexistindo o desconto conforme previsto no item anterior, o valor da multa deverá ser recolhido pela CONTRATADA por Documento de Arrecadação do Município de São Paulo – DAMSP.
- 14.8.9.2** O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da contratada. A critério da CONTRATANTE e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber no 32 âmbito do presente instrumento.
- 14.8.9.3** O não pagamento das multas no prazo e forma indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, na forma da Lei nº 14.094 de 06/12/05 e Decreto 47.096 de 21/03/06.
- 14.8.10** Caberá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, na hipótese de descumprimento de cláusula desta Ata ou do contrato não amparado por regra específica.
- 14.8.11** O impedimento de licitar e contratar prevista no inciso III, caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 será aplicada pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedido o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de máximo de 3 (três) anos;
- 14.8.12** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedido o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 15.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 62.100/2022, respondendo cada parte pelas obrigações assumidas.
- 15.2** Compete à CONTRATADA, além das obrigações constantes neste Termo de Referência, parte integrante do Edital:
- 15.2.1** cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que seja efetuada com perfeição a entrega dos produtos, de acordo com o pactuado;
- 15.2.2** apresentar Nota Fiscal ou documento hábil contendo necessariamente a descrição dos produtos, de acordo com a legislação vigente, comprovando assim a entrega.
- 15.2.3** acatar as recomendações decorrentes da (s) vistoria (s) de inspeção (ões) ou de observações dos agentes qualificados (fiscais) da CONTRATANTE, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas;
- 15.2.4** não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto do presente contrato, salvo com a expressa anuência da CONTRATANTE, sendo admitida apenas a subcontratação dos serviços de distribuição física dos gêneros alimentícios destinados às unidades educacionais atendidas pela SME/CODAE;
- 15.2.5** manter, durante toda a execução do Contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual;

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 15.2.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 15.2.7** prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.
- 15.3** Compete à CONTRATANTE, além das obrigações constantes no Termo de Referência – Especificações Técnicas:
- 15.3.1** fiscalizar e acompanhar a execução deste Contrato;
- 15.3.2** notificar a CONTRATADA quando detectadas irregularidades na execução do objeto;
- 15.3.3** receber o objeto, desde que esteja em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- 15.3.4** prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 15.3.5** efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 15.3.6** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 15.3.7** emitir Termo de Recebimento Definitivo, após encerramento da execução do objeto.



Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME  
**APÊNDICE "A" DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**

ITEM 1 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE

ITEM 2 – FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS

**ITEM 1 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE**

**1. DESCRIÇÃO**

Produto em pó elaborado para atender as recomendações nutricionais de lactentes, **de 0 a 6 meses de vida ou até o 5º mês**, obtido por processos tecnologicamente adequados. O produto à base de leite de vaca deverá ser acrescido de óleos vegetais, vitaminas, minerais e outros oligoelementos comprovadamente adequados. Deverá ser isento de sacarose e de gorduras e óleos hidrogenados. Todos os ingredientes, incluindo os aditivos alimentares, devem ser isentos de glúten.

O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente (e atualizações, quando houver), e demais dispositivos legais e regulamentares porventura aplicáveis; em especial: a Resolução RDC nº 778, de 01/03/23, Anvisa; Resolução RDC nº 724, de 01/07/22, Anvisa; Instrução Normativa nº 161, de 01/07/22, Anvisa; Resolução RDC nº 722, de 01/07/2022, Anvisa e Resolução RDC nº 623, de 09/03/22, Anvisa.

**2. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

A composição essencial do produto deverá ser à base de leite de vaca e de outros componentes de origem vegetal, considerados adequados para a alimentação de lactentes.

O produto deverá ser apresentado em pó, necessitando apenas de água para o preparo.

Todos os ingredientes deverão ser limpos, de boa qualidade, seguros e adequados para serem ingeridos por lactentes. Devem ajustar-se aos requisitos normais de qualidade, quanto à cor, odor e sabor. O produto e seus componentes não poderão ser irradiados.

O produto deverá ser preparado, embalado e manipulado sob condições sanitárias adequadas, devendo, ainda, cumprir com o Código de Prática de Higiene para Fórmulas Infantis para Lactentes e de Seguimento (Códex Alimentarius CAC/RCP 66-2008) e/ou legislação específica sobre o assunto e atualizações, quando houver.

Coadjuvantes de tecnologia de fabricação necessários para a adição e/ou estabilização dos nutrientes, previstos na legislação pertinente, poderão ser utilizados. Nenhuma substância nociva ou inadequada deve ser introduzida ou formada como consequência da adição de vitaminas e sais minerais, ou decorrente do processamento. O produto poderá ser adicionado de aminoácidos isolados para melhorar seu valor nutricional. Os nutrientes adicionados deverão ser **biodisponíveis** e seguros.

O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico sobre as condições higiênicas-sanitárias, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos, conforme determina a Portaria 1.428, de 26/11/93, MS e Portaria nº 326, de 30/07/97, SVS/MS e a Resolução RDC nº 275, de 21/10/02, Anvisa.

É recomendado que o(s) estabelecimento(s) tenha(m) implantado(s) o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, instituído pelo Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, incluindo a

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

instalação de algum tipo de barreira, como peneiras, filtros, imãs ou detectores de metais para garantir a ausência de contaminação física por corpos estranhos.

- 3. ANÁLISES LABORATORIAIS** (os resultados das análises de consistência e tamanho das partículas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas e deverão obrigatoriamente constar no laudo de Análise Laboratorial, conforme disposto neste Apêndice "A" do Anexo I e no Apêndice "B" do Anexo I).

**3.1. Consistência e tamanho das partículas:**

Quando preparado, o produto deve ser isento de grumos e partículas grossas, passível de escoamento através do bico plástico ou de borracha macia.

**3.2. Físico-químicas:**

- 3.2.1. Energia:** mínimo de 60 Kcal e máximo de 70 Kcal em 100 ml do produto pronto para consumo de acordo com as instruções do fabricante.

- 3.2.2. Proteína:** mínimo de 1,8 g e máximo de 3,0 g por 100 kcal. O cálculo do conteúdo de proteína no produto final pronto para consumo deve ser baseado em N (nitrogênio) x 6,25.

- 3.2.3. Caseína:** quantificar.

- 3.2.4. Gordura:** mínimo de 4,4 g e máximo de 6,0 g por 100 kcal.

- 3.2.5. Ácido linoléico:** mínimo de 300 mg e máximo de 1.400 mg por 100 Kcal disponíveis.

- 3.2.6. Sódio:** mínimo de 20 mg e máximo de 60 mg por 100 Kcal.

- 3.2.7. Potássio:** mínimo de 60 mg e máximo de 180 mg por 100 Kcal.

- 3.2.8. Vitaminas, Minerais e outras substâncias:** o resultado das análises estabelecidas no subitem 3.2.8 deverá constar no laudo de análise laboratorial **quando estas forem solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da CODAE, conforme disposto no apêndice "B" do Anexo I.

- 3.2.8.1.** Deverá atender aos teores mínimos e máximos por 100 kcal disponíveis do produto pronto para consumo de acordo com as instruções do fabricante, conforme Anexo II da Resolução RDC nº 43/11, Anvisa.

- 3.2.8.2.** As vitaminas, minerais ou ingredientes opcionais adicionados de acordo com o disposto neste regulamento devem ser utilizados com base nas listas de referência dispostas no regulamento técnico específico que trata dos compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e crianças de primeira infância.

**3.3. Microbiológicas:**

Serão adotados os critérios e padrões especificados na Instrução Normativa nº 161, de 01/07/22, Anvisa, Anexo I, Grupo 13 Alimentos infantis, categoria específica "a".

**3.4. Microscópicas:**

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 3.4.1.** Pesquisa de matérias estranhas macroscópicas e microscópicas (indicativa de riscos à saúde humana e indicativa de falhas das Boas Práticas):
- 3.4.1.1.** Ausência de matérias macroscópicas e microscópicas indicativas de risco à saúde humana.
- 3.4.1.2.** Areia ou cinzas insolúveis em ácido indicativas de falhas das Boas Práticas (não considerada indicativa de risco à saúde humana): máximo de 1,5%.
- 3.4.1.3.** Ácaros mortos indicativos de falhas das Boas Práticas (não considerados indicativos de risco à saúde humana): máximo de 5 na alíquota analisada e de acordo com as recomendações da metodologia AOAC/FDA.
- 3.4.1.4.** Ausência de outras matérias estranhas indicativas de falhas das Boas Práticas **NOTA:** Matérias estranhas eventualmente detectadas deverão ser claramente descritas no laudo analítico.
- 3.5.** Complementares (o resultado das análises estabelecidas no subitem 3.5 deverá obrigatoriamente constar no laudo de análise laboratorial **quando estas forem solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da Contratante, conforme disposto no Apêndice "B" do Anexo I).
- 3.5.1.** Análise de resíduos de agrotóxicos: de acordo com os níveis toleráveis nas matérias-primas empregadas, estabelecidos pela legislação específica.
- 3.5.2.** Análise de aditivos e veículos alimentares: em conformidade com o regulamento técnico específico da categoria do produto
- 3.5.3.** Análise de resíduos de hormônios, antibióticos e substâncias farmacologicamente ativas: ausência.
- 3.6.** **Outras Análises** (o resultado das análises estabelecidas no subitem 3.6 deverá constar no laudo de análise laboratorial **quando estas forem solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da Contratante, conforme disposto no Apêndice "B" do Anexo I).

A CODAE poderá ainda solicitar outras determinações físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas (incluindo micotoxinas e pesquisa de contaminantes inorgânicos), certificação de análise da embalagem ou de conteúdo líquido das embalagens, sempre que se tornar necessária à obtenção de dados sobre a origem, a composição, o material da embalagem primária, o estado higiênico-sanitário do produto, sistema de vedação da embalagem primária, peso do produto nas embalagens primárias e/ou secundárias do produto, e/ou quando da ocorrência de toxinfecções alimentares, e ainda, para quaisquer outras situações em que as análises forem pertinentes.

**ITEM 2 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS**

**1. DESCRIÇÃO**

Produto em pó elaborado para atender as recomendações nutricionais de lactentes e crianças a partir do 6º mês de vida, obtido por processos tecnologicamente adequados. O produto à base de leite de vaca deverá ser acrescido de óleos vegetais, vitaminas, minerais e outros oligoelementos comprovadamente adequados. Deverá ser isento de sacarose e de gorduras e óleos hidrogenados. Todos os ingredientes, incluindo os aditivos alimentares, devem ser isentos de glúten.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente (e atualizações, quando houver), e demais dispositivos legais e regulamentares porventura aplicáveis; em especial: a Resolução RDC nº 778, de 01/03/23, Anvisa; Resolução RDC nº 724, de 01/07/22, Anvisa; Instrução Normativa nº 161, de 01/07/22, Anvisa; Resolução RDC nº 722, de 01/07/2022, Anvisa e Resolução RDC nº 623, de 09/03/22, Anvisa.

## **2. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

A composição essencial do produto deverá ser à base de leite de vaca e de outros componentes de origem vegetal, considerados adequados para a alimentação de lactentes e crianças de primeira infância.

O produto deverá ser apresentado em pó, necessitando apenas de água para o preparo.

Todos os ingredientes deverão ser limpos, de boa qualidade, seguros e adequados para serem ingeridos por lactentes. Devem ajustar-se aos requisitos normais de qualidade, quanto à cor, odor e sabor. O produto e seus componentes não podem ser irradiados.

O produto deverá ser preparado, embalado e manipulado sob condições sanitárias adequadas, devendo, ainda, cumprir com o Código de Prática de Higiene para Fórmulas Infantis para Lactentes e de Seguimento (Códex Alimentarius CAC/RCP 66-2008), e/ou legislação específica sobre o assunto e atualizações, quando houver. Coadjuvantes de tecnologia de fabricação necessários para a adição e/ou estabilização dos nutrientes, previstos na legislação pertinente, poderão ser utilizados. Nenhuma substância nociva ou inadequada deve ser introduzida ou formada como consequência da adição de vitaminas e sais minerais, ou decorrente do processamento. O produto poderá ser adicionado de aminoácidos isolados para melhorar seu valor nutricional. Os nutrientes adicionados devem ser **biodisponíveis** e seguros.

O produto deverá ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e/ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deverá ser elaborado de acordo com o Regulamento Técnico sobre as condições higiênicas-sanitárias as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos, conforme determina a Portaria 1.428, de 26/11/93, do Ministério da Saúde; Portaria nº 326, de 30/07/97, da Secretaria de Vigilância Sanitária/MS e a Resolução RDC nº 275, de 21/10/02, Anvisa.

É recomendado que o(s) estabelecimento(s) tenha(m) implantado(s) o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, instituído pelo Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, incluindo a instalação de algum tipo de barreira, como peneiras, imãs, filtros ou detectores de metais para garantir a ausência de contaminação física por corpos estranhos.

## **3. ANÁLISES LABORATORIAIS** (os resultados das análises de consistência e tamanho das partículas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas e complementares deverão constar obrigatoriamente no laudo de Análise Laboratorial, conforme disposto neste Apêndice “A” do Anexo I e no Apêndice “B” do Anexo I).

### **3.1. Consistência e tamanho das partículas:**

Quando preparado, o produto deve ser isento de grumos e partículas grossas.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**3.2 Físico-químicas**

- 3.2.1 Energia:** mínimo de 60 Kcal (250 kJ) e máximo de 70 Kcal (295 kJ) em 100 ml do produto pronto para consumo de acordo com as instruções do fabricante.
- 3.2.2 Proteína:** mínimo de 1,8g e máximo de 3,5 g por 100 kcal. O cálculo do conteúdo de proteína no produto final pronto para consumo deve ser baseado em N (nitrogênio) x 6,25.
- 3.2.3 Caseína:** quantificar.
- 3.2.4 Gordura:** mínimo de 4,0 g e máximo de 6,0 g por 100 kcal disponíveis.
- 3.2.5 Ácido linoléico:** mínimo de 300 mg e máximo de 1.400 mg por 100 Kcal disponíveis.
- 3.2.6 Sódio:** mínimo de 20 mg e máximo de 60 mg por 100 Kcal.
- 3.2.7 Potássio:** mínimo de 60 mg e máximo de 180 mg por 100 Kcal.
- 3.2.8 Vitaminas, Minerais e outras substâncias:** O resultado das análises estabelecidas no subitem 3.2.8 deverá constar no laudo de análise laboratorial **quando estas forem solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da CODAE, conforme disposto no Apêndice "B" do Anexo I.
- 3.2.8.1** Vitaminas, Minerais e outras substâncias: deverá atender aos teores mínimos e máximos por 100 kcal disponíveis do produto pronto para consumo de acordo com as instruções do fabricante, conforme Anexo II da Resolução RDC nº 44, de 19/09/11, Anvisa.
- 3.2.8.2** As vitaminas, minerais ou ingredientes opcionais adicionados de acordo com o disposto neste regulamento devem ser utilizados com base nas listas de referência dispostas no regulamento técnico específico que trata dos compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e crianças de primeira infância.

**3.3 Microbiológicas:**

Serão adotados os critérios e padrões especificados na Instrução Normativa nº 161, de 01/07/22, Anvisa, Anexo I, Grupo 13 Alimentos infantis, categoria específica "b".

**3.4 Microscópicas:**

- 3.4.1** Pesquisa de matérias estranhas macroscópicas e microscópicas (indicativa de riscos à saúde humana e indicativa de falhas das Boas Práticas):
- 3.4.1.1.** Ausência de matérias macroscópicas e microscópicas prejudiciais à saúde humana.
- 3.4.1.2.** Areia ou cinzas insolúveis em ácido indicativas de falhas das Boas Práticas (não considerada indicativa de risco à saúde humana): máximo de 1,5%.
- 3.4.1.3.** Ácaros mortos indicativos de falhas das Boas Práticas (não considerados indicativos de risco à saúde humana): máximo de 5 na alíquota analisada e metodologia AOAC/FDA.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**3.4.1.4.** Ausência de outras matérias estranhas indicativas de falhas das Boas Práticas.

**NOTA:** Matérias estranhas eventualmente detectadas deverão ser claramente descritas no laudo analítico.

**3.5 Complementares** (o resultado das análises estabelecidas no subitem 3.5 deverá obrigatoriamente constar no laudo de análise laboratorial **quando estas foram solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da CODAE, conforme disposto no Apêndice "B" do Anexo I).

**3.5.1.** Análise de resíduos de agrotóxicos: de acordo com os níveis toleráveis nas matérias-primas empregadas, estabelecidos pela legislação específica.

**3.5.2.** Análise de aditivos e veículos alimentares: em conformidade com o regulamento técnico específico da categoria do produto

**3.5.3.** Análise de resíduos de hormônios, antibióticos e substâncias farmacologicamente ativas: ausência

**3.6** Outras Análises (o resultado das análises estabelecidas no subitem 3.6 deverá constar no laudo de análise laboratorial **quando estas forem solicitadas, o que poderá ocorrer a qualquer tempo**, segundo critérios da CODAE, conforme disposto no Apêndice "B" do Anexo I)

A CODAE poderá ainda solicitar outras determinações físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas (incluindo micotoxinas e pesquisa de contaminantes inorgânicos), certificação de análise da embalagem ou de conteúdo líquido das embalagens, sempre que se tornar necessária à obtenção de dados sobre a origem, a composição, o material da embalagem primária, o estado higiênico-sanitário do produto, sistema de vedação da embalagem primária, peso do produto nas embalagens primárias e/ou secundárias do produto, e/ou quando da ocorrência de toxinfecções alimentares, e ainda, para quaisquer outras situações em que as análises forem pertinentes.

**4 PRAZO DE VALIDADE (VÁLIDO PARA OS ITENS 1 E 2)**

**4.1.** O produto deverá ter prazo de validade mínimo de **15 (quinze) meses**, contados a partir da data de fabricação.

**4.2.** Somente será recebido o produto que tenha data de fabricação de até 90 (noventa) dias, para validade de 15 meses até 2 (dois) anos; ou de 180 (cento e oitenta) dias, para validade superior a 2 (dois) anos.

**4.4.1** Excepcionalmente, a critério da SME/CODAE, poderão ser aceitos produtos com data de fabricação superior ao estabelecido no subitem 4.1, desde que a Contratada solicite autorização por escrito para este procedimento à CODAE, **em até 1 (um) dia útil antes da entrega**, obrigando-se ainda a efetuar a troca caso ocorra o vencimento do produto no Centro de Distribuição da CODAE. A Administração avaliará e decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido.

**5. EMBALAGEM (VÁLIDA PARA OS ITENS 1 E 2)**

**5.1.** A embalagem primária do produto deverá ser lata de folha de flandres membranizada e gaseificada, vedada hermeticamente, atóxica, reforçada, que garanta as características de qualidade do produto durante todo o seu prazo de validade, resistente às condições rotineiras de recebimento, armazenamento e transporte, não devendo apresentar corrosão externa, amassamento, perfurações ou outros indícios de alterações do produto. Deverá apresentar tampa de encaixe na borda da lata, de polipropileno ou polietileno, atóxico, inodoro, aprovado para entrar em contato direto com o alimento, com lacre de segurança. A tampa não deverá apresentar rebarbas, sujidades, manchas ou falhas de injeção, e não poderá estar deformada por ação mecânica de forma que comprometa a vedação

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

adequada da lata. A embalagem primária deverá ter capacidade para 400 g (quatrocentos gramas) até 1 kg (um quilograma).

- 5.1.1.** Em cada embalagem primária deverá constar 1 (uma) colher dosadora (colher-medida), confeccionada em material atóxico (preferencialmente com coloração distinta para os dois itens cotados), própria para contato com alimento, inodora.
- 5.2.** A embalagem secundária deverá ser caixa de papelão ondulado, reforçada, que resista às condições rotineiras de manipulação, transporte e armazenamento. Deverá ser dimensionada de forma a não permitir a existência de espaços vazios entre as embalagens primárias e os limites da caixa.
- 5.2.1.** A embalagem secundária deverá ser vedada de forma a assegurar a inviolabilidade das embalagens primárias contidas no seu interior.
- 5.2.1.1.** Independentemente do tipo de vedação escolhido pela Contratada, a sua retirada deverá evidenciar a violação da caixa por meio da sua descaracterização.
- 5.2.2.** A embalagem secundária deverá apresentar formato de prisma retangular para propiciar a “amarração” das caixas em plataforma tipo palete, com capacidade máxima para 10 (dez) quilogramas. A capacidade (peso líquido) deverá ser especificada na ficha técnica e mantida durante o fornecimento.
- 5.3.** Para o peso líquido do produto serão observados os critérios de tolerância constantes na Portaria nº 248, de 17/07/08, Inmetro.
- 5.4.** Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, ou que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não resista à manipulação, transporte e armazenamento.
- 5.5.** A Contratada ficará obrigada a retirar e substituir os produtos em desconformidade com o Edital quando do recebimento/armazenamento, ou qualquer outro motivo que os revelem impróprios ao consumo (artigo 18, §6º, I, II e III da Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor), sem isenção das penalidades cabíveis.
- 5.5.1.** Verificada a desconformidade com o Edital após o recebimento dos produtos, seja durante o armazenamento, seja após a devolução dos mesmos por parte das unidades educacionais, os custos com armazenamento, desde a notificação até a retirada do Centro de Distribuição, serão suportados pela Contratada, analisado o caso concreto e a conveniência para Administração na adoção desta medida pela Contratante.
- 5.5.2.** A impropriedade para o consumo será considerada inexecução total ou parcial dependendo da parcela contratual que deixou de ser cumprida, caso não sejam substituídos.
- 5.5.3.** O não cumprimento do prazo estabelecido para a retirada e substituição do produto poderá ocasionar multa prevista para os casos de atraso na entrega, sem prejuízo do ressarcimento de demais custos que a Administração tenha suportado, e se for o caso, outras penalidades cabíveis.
- 5.4.** O sistema de vedação da embalagem secundária será verificado no momento de cada descarga/ recebimento ou a qualquer tempo.

**6. ROTULAGEM (VÁLIDA PARA OS ITENS 1 E 2)**

- 6.1.** O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente; em especial: Resolução RDC nº 727, de 06/07/2022, Anvisa; Resolução RDC nº 429, de 08/10/20, Anvisa; IN nº 75, de 8/10/20, Anvisa; Informe Técnico nº 36, de 27/06/2008 (atualizado em 25/07/18), Anvisa; Lei nº 11.265, de 03/01/2006; Lei Federal nº 10.674, de 16/05/03; Lei nº 11.474, de 15/05/07; Resolução RDC nº 43, de 19/09/11, Anvisa; Resolução RDC nº 778, de 01/03/23, Anvisa; Resolução RDC nº 26, de 02/07/15,



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Anvisa; Decreto nº 9.579, de 22/11/18; Portaria nº 167/SEMAB-SEC, de 24/12/99; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90 e Resolução RDC nº 136, de 08/02/17, Anvisa; além das especificações que constam nos itens 6.2 e 6.3.

- 6.2.** No rótulo da embalagem primária deverão estar impressas de forma legível e indelével, de tamanho adequado e fácil visualização, as seguintes informações:
- 6.2.1.** denominação de venda (nome do produto e marca)
  - 6.2.2.** identificação da origem (nome ou razão social, CNPJ e endereço do fabricante, país de origem através da expressão "Indústria..." "Fabricado em..." "Produto..." e, no caso de produto importado, incluir também o nome ou razão social e endereço do importador)
  - 6.2.3.** data de fabricação (deverá constar dia, mês e ano)
  - 6.2.4.** data de validade ou data de vencimento (deverá constar dia, mês e ano)
  - 6.2.5.** identificação do lote (observadas as opções estabelecidas na RDC nº RDC nº 727, de 06/07/2022, Anvisa)
  - 6.2.6.** lista de ingredientes, inclusive os aditivos (função principal e nome completo ou número INS, conforme RDC nº 727, de 06/07/2022, Anvisa), caso utilizados
  - 6.2.7.** declaração de ingredientes alergênicos (conforme estabelecido pela RDC nº 727, de 06/07/2022, Anvisa)
  - 6.2.8.** dizer: **"NÃO CONTÉM GLÚTEN" e "CONTÉM LACTOSE"**
  - 6.2.9.** informação nutricional
  - 6.2.10.** peso líquido
  - 6.2.11.** modo de preparo
  - 6.2.12.** condições de armazenamento
  - 6.2.13.** condições de conservação e prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária
  - 6.2.14.** número de registro do produto no órgão competente
  - 6.2.15.** os dizeres de advertência exigidos pelo Decreto nº 9.579/18:  
  
"AVISO IMPORTANTE: Este produto somente deve ser usado na alimentação de crianças menores de 1 (um) ano de idade, com indicação expressa de médico ou nutricionista. O aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho".
  - 6.2.16.** os dizeres **"Prefeitura do Município de São Paulo - Produto Destinado a Programas de Alimentação - Venda Proibida"**
  - 6.2.17.** outras informações eventualmente previstas em legislação
- 6.3** No rótulo da **embalagem secundária** deverão constar, de forma legível e indelével, de tamanho adequado e fácil visualização, as seguintes informações:
- 6.3.1.** denominação de venda (nome do produto e marca)
  - 6.3.2.** identificação da origem (nome ou razão social, CNPJ e endereço do fabricante, país de origem através da expressão "Indústria ..." "Fabricado em ..." "Produto..." e, no caso de produto importado, incluir também o nome ou razão social e endereço do importador)
  - 6.3.3.** data de fabricação (deverá constar dia, mês e ano)
  - 6.3.4.** data de validade ou data de vencimento (deverá constar dia, mês e ano)

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 6.3.5.** identificação do lote (observadas as opções estabelecidas na RDC nº 727, de 06/07/2022, Anvisa)
- 6.3.6.** peso líquido (indicar o peso líquido total e/ou nº de unidades e peso líquido do produto em cada embalagem primária)
- 6.3.7.** condições de armazenamento
- 6.3.8.** empilhamento máximo
- 6.3.9.** os dizeres **"Prefeitura do Município de São Paulo - Produto Destinado a Programas de Alimentação - Venda Proibida"**
- 6.3.10.** identificação da empresa fornecedora (nome ou razão social)
- 6.4.** As informações referentes à data de fabricação, data de validade ou data de vencimento, identificação do lote e identificação da empresa fornecedora, bem como os dizeres previstos no subitem 6.3.10, poderão ser apresentadas em "ink jet", "hot stamping" ou carimbo, de forma legível e indelével, em local visível e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem; além disso, na embalagem secundária a impressão deverá estar em uma das faces laterais ou frontal, mas preferencialmente nas duas faces laterais, de tamanho adequado e de fácil visualização.
- 6.5.** À Contratada será facultada a apresentação da opção "rótulo autoadesivo", nas condições abaixo (6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3), desde que possua capacidade de descaracterizar/rasgar nas tentativas de "descolamento" da superfície de contato da embalagem, além da apresentação legível e indelével. O padrão de adesividade deverá ser mantido durante todo o fornecimento, estando a Contratada sujeita às penalidades cabíveis na observância de irregularidades.
- 6.5.1.** Rótulo autoadesivo único contendo todas as informações previstas nos subitens 6.2 e/ou 6.3; **ou**
- 6.5.2.** Rótulo autoadesivo contendo apenas a informação prevista nos subitens 6.3.9 e/ou 6.3.10, **ou**
- 6.5.3.** Rótulo autoadesivo contendo apenas as informações previstas nos subitens 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5.
- 6.6.** A Contratada deverá apresentar aos técnicos da CODAE/CPRA, antes do primeiro fornecimento:
- 6.6.1.** O layout das informações de rotulagem das embalagens, primária e secundária, para conferência das informações constantes nos subitens 6.2 e 6.3 do Apêndice "A" do Anexo I e na Ficha Técnica do produto.
- 6.6.1.1.** Outras opções de apresentação das informações de rotulagem da embalagem primária e/ou secundária em rótulo autoadesivo (ou outro tipo de apresentação) poderão ser solicitadas formalmente através de Ofício encaminhado à CODAE/CPRA. A Administração avaliará e decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido.
- 6.6.1.2.** A Contratada poderá precisar fazer pequenos ajustes no rótulo, a fim de harmonizar e padronizar as informações.

**7. FORMULÁRIO - MODELO DE FICHA TÉCNICA DE FÓRMULAS INFANTIS**

**ITEM 1 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE**

**ITEM 2 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS**

**NOTAS: 1** - A Ficha Técnica deverá ser preenchida para cada item. Caso o produto seja produzido em diferentes estabelecimentos, as fichas técnicas deverão ser assinadas por seus respectivos responsáveis técnicos.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**2** - A rotulagem do produto deverá estar de acordo com as informações declaradas abaixo, seguindo as especificações do item 6 do Apêndice "A" do Anexo I.

**Pregão \_\_\_\_/SME/\_\_\_\_**

**a) Identificação do produto:**

Nome: \_\_\_\_\_ Marca: \_\_\_\_\_

Número do Registro do Produto: \_\_\_\_\_

**b) Identificação da empresa proponente:**

Nome ou Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**c) Identificação da empresa fabricante:**

Nome ou Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**d) Prazo de validade** (deve ser declarado o prazo real): \_\_\_\_\_

**e) Condições de Conservação e prazo máximo para consumo após a abertura da embalagem primária:** \_\_\_\_\_

**f) Componentes do produto** (caso utilizados aditivos alimentares, deverá ser declarada a função principal, nome completo e número INS de todos): \_\_\_\_\_

O produto contém glúten? Indicar conforme dispõe a Lei Federal nº 10.674/03:

( ) Não contém glúten ( ) Contém glúten

O produto contém ou pode conter ingredientes/aditivos alergênicos?

( ) Não ( ) Sim: Relacioná-los conforme dispõe a RDC nº 26/15, Anvisa: \_\_\_\_\_

O produto contém lactose? ( ) Não ( ) Sim. Indicar conforme a RDC nº 727/22, Anvisa:

**g) Carga de soluto renal** (em mOsm/L): \_\_\_\_\_

**h) Informação nutricional** contida na rotulagem **por 100 g de pó e 100 ml do produto reconstituído**, de acordo com a RDC 429/20, Anvisa; RDC 43/11, Anvisa; RDC 44/11, Anvisa e Informe Técnico nº 36/08, Anvisa, com base no modelo a seguir:

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

<b>INFORMAÇÃO NUTRICIONAL</b>			
<b>Valor Energético e Nutriente</b>	<b>Unidade</b>	<b>Em 100 g de pó</b>	<b>Em 100 ml de fórmula reconstituída (X g de pó + X ml de água)</b>

i) **Condições para armazenamento do produto** (informações que constarão na rotulagem das embalagens primária e secundária para as embalagens fechadas):

- Embalagem primária: \_\_\_\_\_
- Embalagem secundária: \_\_\_\_\_

j) **Embalagem:**

"Declaro que as embalagens, primária e secundária, em que será entregue o produto estarão de acordo com as especificações do item 5 do Apêndice "A" do Anexo I do Edital".

Especificação técnica do material de fabricação da embalagem primária: \_\_\_\_\_

Especificação técnica do material e cor da colher dosadora: \_\_\_\_\_

Capacidade (g) da colher dosadora: \_\_\_\_\_

Peso líquido do produto na embalagem primária (g): \_\_\_\_\_

Peso líquido do produto na embalagem secundária (g): \_\_\_\_\_

Peso da embalagem primária vazia (g): \_\_\_\_\_

Peso da embalagem secundária vazia (g): \_\_\_\_\_

Descrever o sistema de vedação da embalagem secundária: \_\_\_\_\_

k) **Rotulagem:**

"Declaro que nos rótulos das embalagens, primária e secundária, em que será entregue o produto constarão, de forma clara e indelével, todas as informações solicitadas no item 6 do Apêndice "A" do Anexo I do Edital".

l) Modo de preparo e reconstituição: \_\_\_\_\_

m) Per capita (quantidade em gramas para uma mamadeira):

<b>Idade</b>	<b>Quantidade de água (ml) para reconstituição</b>	<b>Pó</b>		<b>Volume final (ml) do produto reconstituído</b>
		<b>Peso (g)</b>	<b>Nº de Medidas</b>	

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

--	--	--	--

n) Informações sobre o **Responsável Técnico** pelo produto:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Habilitação: \_\_\_\_\_

Número do Registro no órgão de habilitação profissional pertinente, incluindo a região: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_.

**APÊNDICE "B" DO ANEXO I - CONTROLE DE RECEBIMENTO E PÓS RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**ITEM 1 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE**

**ITEM 2 - FÓRMULA INFANTIL EM PÓ DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS**

**1. LAUDOS LABORATORIAIS**

**1.1 Laudo de Inspeção e Laudo de Análises Laboratoriais:**

**1.1.1** Todos os lotes adquiridos pela SME/CODAE para compor os Programas de Alimentação da PMSP deverão ser inspecionados e analisados laboratorialmente antes de sua entrega. Para cada remessa/lote(s), a CONTRATADA deverá apresentar os resultados obtidos tanto no Laudo de Inspeção, quanto no Laudo de Análises Laboratoriais (ver modelos no item 5 – MODELOS, deste Anexo). As análises estão determinadas no Apêndice "A" do Anexo I - Especificação Técnica, deste edital.

**a)** Os custos referentes às análises e emissão dos laudos são de responsabilidade da CONTRATADA.

**1.1.2** O laboratório que procederá à inspeção e às análises deverá estar enquadrado em pelo menos uma das condições abaixo:

- a)** Laboratórios da Rede Oficial do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura;
- b)** Laboratórios autorizados/credenciados pelo Ministério da Saúde ou pelo Ministério da Agricultura;
- c)** Laboratórios de ensaio acreditados pelo INMETRO para as análises solicitadas no Apêndice "A" do Anexo I - Especificação Técnica, deste edital, segundo as normas vigentes ABNT NBR ISO/IEC 17.025 ou ABNT NBR ISO/IEC 17.043 (ou outras que vierem a ser aprovadas, válidas e atualizadas), pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio RBLE;
- d)** Laboratórios pertencentes às Universidades Federais ou Estaduais.

**1.1.3** Caberá exclusivamente à CONTRATADA escolher o(s) laboratório(s) onde serão realizados os laudos de inspeção e de análises laboratoriais, e assegurar que o(s) laboratório(s) escolhido(s) esteja(m) de acordo com pelo menos uma das condições citadas acima.

**1.1.4** Para efeito de confecção de laudos, definiu-se "lote" como o conjunto de unidades (embalagens primárias) com no máximo 100.000 kg do produto, havendo tolerância de até mais 10% (dez por cento).

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 1.1.5** O laudo poderá contemplar mais de 1 (um) lote (de fabricação do produto) desde que, se somados, não excedam 110.000 kg.
- 1.1.6** Todas as datas de fabricação e de validade referentes aos produtos entregues, de um ou mais lotes, devem constar tanto no laudo de inspeção quanto no laudo de análises laboratoriais.
- 1.1.7** Os laudos devem ser conclusivos com relação ao(s) lote(s) analisado(s) (e não somente a cada amostra).
- 1.1.8** Os Laudos de Inspeção e de Análises Laboratoriais deverão ser enviados pela Contratada por meio de sistema informatizado para essa finalidade, em até 24 horas antes da data programada para a entrega do produto, a fim de que sejam analisados pela CODAE/CPRA (Núcleo de Qualidade).
- 1.1.8.1** A critério da CODAE, poderá ser determinado outro meio para encaminhamento dos laudos referidos no item anterior.
- 1.1.8.2** Quando se tratar da primeira entrega da Contratada, é aconselhável que os laudos sejam apresentados para análise e conferência pela CODAE/CPRA (Núcleo de Qualidade) o mais precocemente possível, juntamente com as comprovações de enquadramento do laboratório em uma das condições descritas no item 1.1.2 deste Anexo, a fim de se evitarem adiamentos das entregas dos produtos.
- 1.2 Laudo de Inspeção**
- 1.2.1** Para emissão do Laudo de Inspeção, o laboratório deverá:
- 1.2.1.1** Verificar as condições de armazenamento do produto nas instalações da empresa fabricante/empacotadora ou em outro local onde o produto é armazenado, e apontar se atende ou não às Boas Práticas de Armazenagem.
- 1.2.1.2** Inspeccionar o(s) lote(s) de acordo com o Plano de Inspeção por Atributos, Norma NBR 5426/85, considerando:
- a)** Nível de inspeção I;
  - b)** Plano de amostragem: simples, normal;
  - c)** Nível de qualidade aceitável (NQA): 2,5;
  - d)** Unidade: alimento contido na embalagem primária;
  - e)** Tamanho do lote: número de unidades que compõem o lote.
- 1.2.1.3** Verificar o número de unidades que devem ser inspecionadas, conforme Plano de Amostragem descrito na Tabela 1 (a seguir). Para calcular o número de unidades do lote, dividir o peso ou volume total do lote pelo peso ou volume da embalagem primária.
- 1.2.1.4** Aprovar o lote de alimento na inspeção se o número de unidades defeituosas for igual ou inferior ao máximo indicado na Tabela 1.
- 1.2.1.5** Reprovar o lote de alimento na inspeção se o número de unidades defeituosas for superior ao número máximo indicado na Tabela 1.
- 1.2.1.6** Emitir o Laudo de Inspeção, conforme modelo constante no item 5 – MODELOS deste Anexo, por lote(s) inspecionado(s), sendo obrigatória a disponibilização de todas as informações constantes nos campos específicos, indicando de forma conclusiva se o produto atende ou não às especificações do Edital da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Caso não atenda, citar os parâmetros que estão em desacordo e as respectivas unidades. Se o Laboratório possuir impresso próprio do Laudo de inspeção, ele poderá ser utilizado, desde que contemple todas as informações constantes no modelo constante no item 5, além da conclusão final.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**Tabela 1. Plano de Amostragem**

Número de unidades do lote	Números de unidades a examinar	Número máximo de unidades com defeito
Até 150	5	0
De 151 a 500	20	1
De 501 a 1.200	32	2
De 1.201 a 3.200	50	3
De 3.201 a 10.000	80	5
De 10.001 a 35.000	125	7
De 35.001 a 150.000	200	10
De 150.001 a 500.000	315	14
Acima de 500.001	500	21

Fonte: Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos – ABNT – NBR 5.426/JAN 1985, Errata nº 1 OUT/1989 ou atualizações. (\*) Unidade: Alimento contido na embalagem primária.

### **1.3 Laudo de Análises Laboratoriais**

**1.3.1** Para emissão do Laudo de Análises, o laboratório deverá:

**1.3.1.1** Proceder à coleta das amostras nas dependências das instalações da empresa fabricante/empacotadora ou em outro local onde o produto estiver armazenado.

**1.3.1.2** Para as análises laboratoriais estabelecidas no Anexo “Especificação Técnica” do Edital, considerar, para lotes de alimentos superiores a 50.000 quilogramas, “n” igual a 5 (cinco) e “c” igual a 0 (zero), onde “n” é o número de unidades amostrais a serem colhidas aleatoriamente de um ou mais lotes (que compõem o mesmo laudo) e analisadas individualmente, e “c” é o número máximo aceitável de unidades amostrais que apresentam não-conformidades.

**1.3.1.2.1** Para lotes de alimentos com até 50.000 (cinquenta mil) quilogramas, considerar “n” igual a 3 (três), exceto para análise microbiológica, que manterá o estabelecido na IN nº 161/2022, Anvisa, e/ou atualizações, mantidas as demais condições mencionadas acima.

**1.3.1.3** Estabelecer o número de embalagens primárias e/ou secundárias necessárias para compor o “n” descrito no subitem 1.3.1.2, com o objetivo de assegurar quantidade suficiente do produto para todas as análises laboratoriais estabelecidas.

**1.3.1.4** Proceder às análises estabelecidas no Apêndice “A” do Anexo I “Especificação Técnica”. Atentar que há análises que devem constar obrigatoriamente em todos os laudos, há outras que devem constar no laudo somente quando solicitadas pela CODAE e, ainda, poderá haver análises que são obrigatórias somente na primeira entrega do produto.

**1.3.1.5** Colher em duplicata, considerando a possibilidade de Reanálise Laboratorial (Amostra 2), aleatoriamente, unidades em suas embalagens originais não violadas, sem defeitos que comprometam a qualidade e conservação do produto.

**1.3.1.6** Seguir as metodologias para coleta, acondicionamento, transporte e análise de amostras estabelecidas pelas referências mencionadas na Resolução RDC nº 724/2022, ANVISA ou atualizações.

**1.3.1.7** Recorrer à complementação da amostra nos casos em que o plano estatístico mencionado não conferir a proteção desejada.

**1.3.1.8** Dividir as unidades colhidas em 2 conjuntos, que deverão ser acondicionados, lacrados e etiquetados, respectivamente, como amostras 1 e 2.

**1.3.1.9** Retirar a amostra 1 para análise em laboratório, de forma que não sofra danos e em condições adequadas à sua conservação.



**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

- 1.3.1.10** Deixar em poder da Empresa Fabricante a guarda da amostra 2, devendo esta ficar disponível para uma nova análise, se necessária.
- 1.3.1.11** Emitir o Laudo de Análises Laboratoriais conforme modelo constante no item 5 – MODELOS deste Anexo, sendo obrigatória a disponibilização de todas as informações incluídas nos campos específicos, e a indicação, de forma conclusiva, se o(s) lote(s) atende(m) ou não às especificações do Edital. Caso não atenda(m), citar os parâmetros que estão em desacordo e as respectivas unidades.
- 1.3.1.11.1** A conclusão, indicada pelo laboratório responsável pelo laudo, de que o(s) lote(s) laudado(s) atende(m) às especificações do edital, deverá considerar o conjunto das análises realizadas no(s) lote(s).

**2. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS, SOMENTE SE SOLICITADOS, A QUALQUER TEMPO:**

- 2.1** Uma via original ou cópia reprográfica autenticada do Certificado de Análises e Ensaio de Embalagem, emitido por:
- a) Laboratório da Rede Oficial do Ministério da Saúde, habilitado ou credenciado por este Órgão, ou;
  - b) Laboratório de Instituição de Pesquisa, ou;
  - c) Laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO segundo as normas vigentes ABNT NBR ISO/IEC 17.025 ou ABNT NBR ISO/IEC 17.043 (ou outras que vierem a ser aprovadas, válidas e atualizadas), pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE).
- 2.1.1** Os certificados de análises e ensaios deverão atestar que o material da embalagem primária utilizada pelo fabricante do produto atende às especificações apresentadas no Anexo “Especificação Técnica” do Edital.
- 2.1.2** Os certificados de análises e ensaios apresentados não poderão ter data de emissão anterior a um ano ou 12 (doze) meses da data da solicitação.
- 2.1.3** O Relatório de Análises e Ensaio de Embalagem poderá ser emitido em nome da Empresa Proponente, da Empresa Fabricante do Produto ou da Empresa Fabricante da Embalagem.
- 2.2** Para o caso de produtos orgânicos, Certificado de Conformidade Orgânica, contendo a relação atualizada de produtores, seguindo as regras exigidas na fase de habilitação.

**3. TRANSPORTE**

- 3.1** Os produtos deverão ser transportados em veículos apropriados, em condições que preservem suas características e qualidade. Os veículos devem atender à legislação vigente, em especial a Portaria nº 326, de 30/07/1997 – SVS/MS, Portaria nº 2.619/2011 – SMS.G, as Portarias CVS nº 15 de 07/11/1991, CVS nº 04 de 21/03/2011, Portaria nº 2.215/2016 – SMS.G, Portaria CVS nº 05/2025, e/ou suas atualizações e demais legislações pertinentes.
- 3.1.1** O assoalho das carretas deve ser de material apropriado, que suporte o manuseio dos equipamentos necessários para o descarregamento adequado. Os produtos ficam sujeitos à recusa pelos técnicos da CODAE caso o material e/ou as condições do veículo não permitam o descarregamento adequado.
- 3.1.2** Os técnicos da CODAE recusarão a descarga dos produtos ao verificar que as condições higiênico-sanitárias do veículo são incompatíveis com o transporte de alimentos, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades decorrentes da não entrega, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao presente.
- 3.1.3** Todas as cargas deverão ser transportadas paletizadas, ou seja, com os produtos dispostos de forma organizada sobre paletes em bom estado de conservação e devidamente protegidos.

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**4. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 4.1** O recebimento do produto fica condicionado ao cumprimento do prazo para entrega dos Laudos de Inspeção e de Análises Laboratoriais e, se for o caso, de outros documentos obrigatórios, e ainda, à chegada do veículo em data e horário estabelecidos em cronograma.
- 4.2** A chegada do veículo em horário diverso daquele estabelecido em cronograma, bem como o atraso no envio dos laudos de inspeção e laboratoriais ou outros documentos obrigatórios exigidos neste edital, poderão ocasionar o não recebimento da carga pela CODAE, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis (por atraso ou por recusa da carga).
- 4.3** Em cada entrega poderá ser tolerada uma quantidade de até 1% inferior à quantidade total prevista, sem a incidência de penalização. Contudo, o pagamento dar-se-á sobre o quantitativo efetivamente entregue.
- 4.3.1** O quantitativo faltante poderá ser repostado/entregue em até 3 (três) dias úteis após a ocorrência, acompanhado de Nota Fiscal de Simples Remessa/Outras Saídas para a circulação da mercadoria. Caso opte pela não reposição do produto, a CONTRATADA deverá enviar Carta de Crédito ao Setor Expediente Contábil, no valor do quantitativo que deixou de ser entregue, acompanhado de novo pedido de solicitação de pagamento.
- 4.4** A descarga do produto ficará a cargo do Centro de Distribuição da CODAE. No entanto, estará condicionada à presença de pelo menos um membro da CODAE/CPRA (Núcleo de Qualidade), com o objetivo de atender à Portaria 4.938/2013 da SME e atualizações posteriores.
- 4.5** Apresentação das informações de rotulagem da embalagem primária e/ou secundária diferente daquelas especificadas no Anexo "Especificação Técnica" deste edital poderão ser solicitadas formalmente através de ofício encaminhado à DILOG/CPRA (Núcleo de Qualidade) o mais precocemente possível, até no mínimo 1 (um) dia útil antes da data programada para a entrega do produto. A Administração avaliará e decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido.
- 4.6** Havendo conveniência para a Administração, desde que não represente comprometimento de qualidade e não caracterize qualquer vantagem econômica para a CONTRATADA, excepcionalmente o recebimento de produtos com divergências na rotulagem em relação à ficha técnica e/ou ao leiaute aprovados pela CODAE poderá ser autorizado pelas Divisões de Qualidade e Logística dos Alimentos (DILOG) e/ou Nutrição Escolar (DINUTRE) da CODAE, mediante pedido justificado da CONTRATADA, que deverá ser enviado à DILOG/CPRA (Qualidade) o mais precocemente possível. A Administração avaliará e decidirá pelo deferimento ou indeferimento do pedido.
- 4.7** Serão consideradas impróprias, e serão recusadas, as embalagens defeituosas ou inadequadas, ou que exponham o produto a contaminação e/ou deterioração, ou que não resistam a manipulação, transporte e armazenamento.
- 4.8** Mudanças na unidade fabril e/ou nas embalagens primárias e/ou secundárias especificadas no Anexo "Especificação Técnica" deste edital (inclusive com relação aos sistemas de vedação das embalagens) poderão ser propostas e apresentadas pela CONTRATADA, durante a execução do contrato, mediante reapresentação de ficha técnica, amostra e demais documentos, os quais serão analisados e estarão sujeitos a aprovação pelo núcleo da P&D (Produtos) da DINUTRE da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE).
- 4.9** A avaliação técnica do produto realizada pela CODAE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do produto e pelas demais determinações contratuais, desde a data de entrega do produto até o término de seu prazo de validade. A observação de divergências em relação ao

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

estabelecido no edital, a qualquer tempo, sujeitará a Contratada às penalidades cabíveis e, se for o caso, à recusa do produto.

- 4.9.1** Caso sejam observadas quaisquer alterações nas características do produto e/ou nas embalagens, seja no período de armazenamento ou após devolução do produto pelas unidades educacionais, a Contratada obriga-se a trocar o produto comprometido em prazo a ser estabelecido pela CODAE, estando sujeita às penalidades cabíveis.
- 4.9.1.1** A CONTRATADA deverá se comunicar com a DILOG/CPRA (Núcleo de Qualidade), para acordar a melhor data para retirada/reposição do produto, com no mínimo um dia útil de antecedência em relação à data pretendida.
- 4.9.1.2** O produto reposto deverá obedecer às mesmas exigências requeridas na entrega original.
- 4.10** Se solicitado, a CONTRATADA deverá responder, por meio de pareceres técnicos e/ou possíveis medidas corretivas adotadas, quando da ocorrência de reclamações providas das unidades educacionais atendidas, quanto a perigos físicos, microbiológicos, químicos, toxicológicos e/ou alterações das características sensoriais; embalagens danificadas e problemas de identificação de dados de rotulagem; além de quaisquer outras irregularidades não mencionadas. A critério dos técnicos da SME/CODAE, amostras dos produtos poderão ser submetidas a análises, seja em laboratório oficial municipal, seja em outro laboratório a ser definido pela SME/CODAE, e a avaliações técnicas e/ou sensoriais.
- 4.10.1** Em caso de ocorrências consideradas muito graves, especialmente que denotem falhas de boas práticas da empresa fornecedora, mesmo que observadas em somente uma unidade do produto, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades cabíveis, que poderão incidir sobre o valor total do contrato.
- 4.11** Fica facultado à CONTRATADA o acompanhamento dos procedimentos de descarga realizado pelos técnicos da SME/CODAE. Caso o fornecedor ou seu representante legal não acompanhe a descarga, não haverá possibilidade de contestação posterior dos procedimentos adotados para o recebimento do produto.
- 4.12** Poderão ser realizadas pela CODAE visitas técnicas às dependências do estabelecimento fabricante/empacotador/armazenador, a qualquer momento, para conhecimento e acompanhamento da linha de produção e das tecnologias empregadas, e verificação das condições higiênico-sanitárias, sendo que os custos referentes a esses procedimentos serão de responsabilidade da Contratada.
- 4.13** Nos casos em que forem identificados perigos (físicos, químicos, microbiológicos e/ou toxicológicos) que caracterizem falhas nas Boas Práticas de Fabricação (BPF) e/ou falhas na Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e/ou riscos à saúde, em qualquer período desde o recebimento do produto até o término de sua validade, além de imposição das penalidades cabíveis, poderá haver o encaminhamento da ocorrência, pelo(a) Coordenador(a) da CODAE, aos Órgãos Fiscalizadores Competentes (Vigilância Sanitária do Município do Estabelecimento Fabricante ou Agência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de origem do Estabelecimento Fabricante) e, se for o caso, ao Secretário desta Secretaria, a fim de que sejam adotadas as medidas pertinentes junto aos Órgãos e Autoridades competentes, para eventual apuração de responsabilidade civil e criminal e/ou rescisão contratual.

**5. MODELOS**

- 5.1** MODELO DO LAUDO DE INSPEÇÃO - (todas as informações constantes neste modelo deverão ser disponibilizadas pelo laboratório)

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

Laboratório			
Laudo de inspeção		Nº do Laudo:	
<b>I. DADOS DO ALIMENTO</b>			
1. Nome do Produto:		2. Marca:	
3. Registro:	4. Data de fabricação:	5. Data de vencimento:	6. Lote
7. Nome e endereço da empresa solicitante:			
8. Nome e endereço do fabricante:			
<b>II. INSPEÇÃO / COLETA</b>			
9. Nome do responsável pela coleta:			
10. Local:	11. Data / Hora:	12. Temperatura local (°C):	
13. Quantidade total do lote:		14. Nº de unidades inspecionadas:	
15. Peso ou volume por unidade:			
<b>III. RESULTADOS</b>			
16. Embalagem primária e secundária (Anotar se as embalagens, primária e secundária, são adequadas ao tipo e prazo de validade do produto. Caso contrário, indicar o tipo e a quantidade com defeitos):			
17. Rótulo da embalagem primária e secundária (Anotar se os rótulos das embalagens, primária e secundária, atendem às especificações do Edital. Caso contrário, indicar as irregularidades):			
18. Condições de armazenagem (Anotar a expressão: "Condições adequadas / inadequadas de armazenagem", e indicar as irregularidades, se houver):			
19. Conclusão (Indicar se o laudo de inspeção atende às especificações do Edital da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo).			
20. Data:		21. Assinatura / Carimbo:	

**Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME**

**5.2** MODELO DO LAUDO DE ANÁLISE LABORATORIAL – (todas as informações constantes neste modelo deverão ser disponibilizadas pelo laboratório)

Laudo nº			
Nº de unidades analisadas:			
Nome do Produto:		Marca:	
Data de Fabricação:		Data de Validade:	Lote:
Local/data/hora:			
Unidades Colhidas:			
Identificação da amostra (n)	(Identificar análise e método utilizado)	(Identificar análise e método utilizado)	(Identificar análise e método utilizado)
AMOSTRA (n=1)			
AMOSTRA (n=2)			
AMOSTRA (n=3)			
AMOSTRA (n=4)			
AMOSTRA (n=5)			
CONCLUSÃO: (Indicar se os resultados obtidos por meio das análises constantes no laudo atendem às especificações do Edital da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo).			
Data:	Assinatura:		

## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000[●]/SME/20[●]

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 6016.2026/0039942-0

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS (Item A) e FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - 6º AO 12º MÊS (Item B), destinado ao abastecimento das unidades educacionais vinculadas ao sistema de Gestão Parceira (CEIs Parceiros e CEIs/CECIs) do Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo (PAE/SP).

À

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Educação

**Assunto:** Proposta de preços

[Nome do proponente], com domicílio à [endereço do licitante com logradouro, número, complemento, bairro e cidade], CNPJ nº [●], telefone ( ) [●], e-mail [●], neste ato representado por [nome do representante], [qualificação civil do representante, cargo e referência a instrumento de mandato, se houver], pelo presente propõe o fornecimento do produto FÓRMULA INFANTIL, conforme as características descritas no Anexo I e seus Apêndices "A" e "B" deste Edital, inclusive no que diz respeito à embalagem, rotulagem e entrega, conforme as seguintes condições:

<b>Lote</b>	[●] - [●] % do quantitativo
<b>Objeto</b>	[●]
<b>Estimativa/mensal (Kg)</b>	[●] quilos
<b>Limite total do uso da ata * (Kg)</b>	[●] quilos
<b>Valor unitário do quilo</b> (em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)	R\$ [●] - [●]
<b>Valor total da proposta</b> (em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)	R\$ [●] - [●]
<b>Validade da Proposta:</b>	120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta
<b>Prazos para entrega</b>	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos (e apêndices)
<b>Condições de entrega</b>	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos (e apêndices)
<b>Condições de embalagem e rotulagem</b>	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos (e apêndices)

<b>Condições de pagamento</b>	Conforme regras previstas no Edital e seus anexos (e apêndices)
<b>Marca / Fabricante</b>	[●] / [●]

\* Considerando que, desde que a ata seja acionada durante sua vigência, o fornecimento contratado pode perdurar mesmo após o término da vigência da ata, optamos por fixar um limite máximo de uso total da ata (mensal x 18 meses), de modo a trazer maior clareza para as empresas que participarão da licitação.

**DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

**01. Prazo e condições de entrega:** Conforme regras previstas no Edital e seus anexos (e apêndices).

**DAS DECLARAÇÕES:**

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara, ainda, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**DA VALIDADE DA PROPOSTA:** 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, [●] de [●] de 20[●].

---

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome: [●]

RG: [●]

CPF: [●]

Cargo: [●]



### ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022

Pregão Eletrônico nº 9000[●]/SME/20[●]

Processo Administrativo nº 6016.2026/0039942-0

A Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) no CNPJ sob o 46.392.114/0001-25, situada na Rua Borges Lagoa, 1.230, Vila Clementino, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representado(a) pelo(a) [●], Sr.(a) [●], adiante designado apenas ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa [●], inscrita no CNPJ nº [●], situada na(o) [Endereço], aqui representada por [●] (nome, qualificação, RG e CPF), doravante designada simplesmente DETENTORA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos nº 62.100/22 e nº 56.475/2015, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislação aplicável, em conformidade com o Edital de Licitação que a precedeu e com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - 0º AO 06º MÊS (Item A) e FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO- 6º AO 12º MÊS (Item B), conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão que precedeu este ajuste e na proposta da DETENTORA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

**2.1** O(s) preço(s) registrado(s) e as quantidades estimadas são estabelecidos conforme segue:

Item	Objeto	Unidade de medida	Quantitativo Registrado (12 meses)	Valor unitário	Valor Total Estimado (12 meses)	Cota reservada*
[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]	[●]

**2.2** O preço registrado inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

**2.3** A(s) dotação(ões) orçamentária(s) pertinente(s) será(ão) onerada(s) por ocasião da formalização dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 95, § 2º, do Decreto nº 62.100/2022.

**2.4** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta do Anexo "A" desta Ata.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA DETENTORA DA ATA

**3.1** O ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo.

- 3.2** São atribuições gerais do ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:
- 3.2.1.** promover o acompanhamento da presente Ata de Registro de Preços, comunicando à DETENTORA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
  - 3.2.2.** aplicar as sanções administrativas previstas na Cláusula Décima Terceira desta Ata de Registro de Preços;
  - 3.2.3.** promover o acompanhamento do consumo dos itens registrados pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES;
  - 3.2.4.** indicar a DETENTORA, bem como os quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada e os preços registrados, sempre que solicitado;
  - 3.2.5.** acompanhar a economicidade dos preços registrados, sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas, tornando público o resultado desse acompanhamento;
  - 3.2.6.** aplicar o reajuste aos preços registrados durante a vigência desta Ata, conforme disposto em sua Cláusula Nona;
  - 3.2.7.** receber e processar os pedidos de revisão dos preços registrados, formulados na vigência desta Ata;
  - 3.2.8.** autorizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;
  - 3.2.9.** divulgar os preços registrados na Internet, em página mantida pela Prefeitura do Município de São Paulo;
  - 3.2.10.** cancelar o registro de preços.
- 3.3.** São obrigações gerais da DETENTORA, sem prejuízo de outras disposições específicas desta Ata de Registro de Preços:
- 3.3.1.** formalizar as contratações decorrentes desta Ata, observadas as condições e as quantidades nela estabelecidas;
  - 3.3.2.** comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização;
  - 3.3.3.** manter, durante o prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas;
  - 3.3.4.** manter, durante toda a duração da Ata de Registro de Preços, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação, parte integrante desta Ata de Registro de Preço);
  - 3.3.5.** comparecer, sempre que solicitada, à sede das unidades contratantes, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
  - 3.3.6.** prestar informações relacionadas à execução do objeto do registro de preços sempre que solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;
  - 3.3.7.** responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura ocasionem às unidades contratantes ou a terceiros, em razão dos contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços;
  - 3.3.8.** atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a execução do contrato se estenda após o término de sua vigência;

- 3.3.9.** não subcontratar, ceder ou transferir o objeto da Ata de Registro de Preços, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da assinatura desta, podendo ser prorrogado por até igual período, mediante acordo entre as partes, desde que a DETENTORA tenha cumprido satisfatoriamente suas obrigações e comprovado o preço vantajoso.
- 4.1.1.** Em caso de prorrogação da ata, será renovado o quantitativo originalmente registrado, proporcionalmente ao prazo da prorrogação.
- 4.1.2.** Caso a DETENTORA da Ata de Registro de Preço não tenha interesse na prorrogação de sua vigência, deverá manifestar-se, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, sob pena de multa, conforme cláusula 13.4.4 desta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA - FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 5.1.** As contratações com fundamento nesta Ata serão formalizadas pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual pertinente, que disporá sobre as condições de entrega do objeto e de pagamento, bem como sobre as demais obrigações das partes contratantes, observada a Minuta de Contrato constante do Anexo V do Edital de Licitação, que integra esta Ata de Registro de Preços.
- 5.1.1.** Esta Ata de Registro de Preços integrará o instrumento contratual a ser formalizado, independentemente de transcrição.
- 5.2.** A DETENTORA será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** da data da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas na Cláusula Décima Terceira desta Ata.
- 5.2.1.** O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do órgão ou entidade contratante, quando solicitado por escrito e motivadamente pela DETENTORA, antes do término do prazo previsto no subitem anterior.
- 5.2.2.** O instrumento contratual deverá ser formalizado durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.
- 5.3.** Para a formalização do contrato, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista da DETENTORA, exigida na cláusula 13.5.2 do Edital de Licitação que antecedeu esta Ata de Registro de Preços, e deverão, ainda, ser tomadas as seguintes providências prévias:
- 5.3.1.** Consulta aos seguintes cadastros: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ) e o Rol de Empresas Punidas pelo Município de São Paulo.
- 5.3.2.** Comprovação que a DETENTORA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.
- 5.4.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.4.1.** Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4.2.** O contrato poderá ser alterado, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.5.** A existência de preços registrados implicará, para a DETENTORA, o compromisso de contratação nas quantidades e condições estabelecidas.
- 5.5.1.** A DETENTORA não poderá recusar-se injustificadamente ao atendimento da demanda.
- 5.5.2.** Em caso de recusa injustificada ou não sendo aceita a justificativa apresentada, será cancelado o preço registrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira desta Ata.
- 5.5.3.** A aceitação da justificativa apresentada para a recusa importará na manutenção da DETENTORA na ata de registro de preços, assegurada sua posição na classificação.
- 5.6.** As contratações deverão observar os quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços, admitidas, excepcionalmente, contratações adicionais.
- 5.6.1.** As contratações adicionais formalizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES poderão superar em até 100% (cem por cento) os respectivos quantitativos estimados, desde que devidamente justificadas.
- 5.6.2.** O conjunto das contratações adicionais do ÓRGÃO GERENCIADOR, dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES e das adesões por ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado.
- 5.7.** Na hipótese de contratações adicionais, nos termos da cláusula 5.6 e suas subcláusulas, poderá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação, desde que não prejudique a obrigação assumida nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.8.** O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar a contratação adicional caso possa acarretar prejuízo ao fornecimento das quantidades registradas ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 5.9.** Será priorizada a contratação das cotas reservadas às microempresas e empresas de pequeno porte, ou ainda às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, justificadamente.
- 5.10.** A vigência do registro de preços não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE**

- 6.1.** Para esta licitação não haverá ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

- 7.1.** Durante a vigência desta Ata, os órgãos e as entidades municipais que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão solicitar adesão à ata de registro de preços na condição de ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES, mediante apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

- 7.1.1.** A entidade ou órgão municipal interessado deverá instruir o processo com o Formulário Padrão de Consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, disponível no SEI.
- 7.2.** A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pela DETENTORA.
- 7.3.** Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 7.3.1.** O prazo de que trata a cláusula 7.3, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 7.4.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, nos itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
- 7.5.** As adesões não poderão exceder, por ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado, observado, ainda, o disposto na cláusula 5.6.2 desta Ata.
- 7.6.** Efetivada a contratação, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE passa a ter as mesmas atribuições do ÓRGÃO PARTICIPANTE previstas na cláusula 6.5.

#### **CLÁUSULA OITAVA - CADASTRO DE RESERVA**

- 8.1.** O cadastro de reserva, previsto no Anexo I desta Ata, será acionado em caso de cancelamento do registro de preços com a DETENTORA, observada a ordem de classificação no certame e o procedimento descrito no Edital de Licitação, que integra esta Ata, independentemente de transcrição.
- 8.1.1.** A utilização do cadastro de reserva se dará pelo prazo remanescente de vigência desta Ata de Registro de Preços, observada sua Cláusula Quarta.
- 8.1.2.** Aplica-se aos integrantes do cadastro de reserva o disposto nas cláusulas 5.5 a 5.7 desta Ata.

#### **CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS - REAJUSTE**

- 9.1** Os preços registrados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **24/04/2026**.
- 9.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da DETENTORA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/2017 e do Decreto nº 64.775/2025.
- 9.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- 9.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - NEGOCIAÇÃO E REVISÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

- 10.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará a DETENTORA para negociar a redução do preço registrado.
- 10.1.1.** Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 10.1.3.** Na hipótese da cláusula 10.1.2, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e convocará os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 10.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, será facultado à DETENTORA requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que torne excessivamente oneroso o cumprimento do compromisso, nos termos do previsto no art. 124, II, 'd', da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2.1.** Neste caso, a DETENTORA encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 10.2.2.** O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.
- 10.2.3.** Não sendo comprovada a hipótese da cláusula 10.2, o pedido será indeferido e a DETENTORA deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata de registro de preços, na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.
- 10.2.3.1.** Promovido o cancelamento do registro, nos termos da cláusula 10.2.3, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.
- 10.2.4.** Caso comprovada a hipótese da cláusula 10.2, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado.
- 10.2.4.1.** O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 11.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e os ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES do registro de preços.

- 11.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 11.2.1.** De ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE.
- 11.3.** O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado ÓRGÃO PARTICIPANTE para efeito do remanejamento.
- 11.4.** Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, desde que haja prévia anuência da DETENTORA e do ÓRGÃO PARTICIPANTE que sofrer redução dos quantitativos iniciais.
- 11.5.** O remanejamento das quantidades registradas será formalizado por termo de aditamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 12.1.** O registro de preços será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e respeitados o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
  - 12.1.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 12.1.2.** recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade registrada;
  - 12.1.3.** deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 12.1.4.** sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, nos termos do art. 156, inciso III e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
  - 12.1.5.** sofrer sanção de inidoneidade para licitar e contratar aplicada por qualquer ente público, conforme art. 156, inciso IV e § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.
- 12.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá, ainda, ser promovido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 12.2.1.** Por razão de interesse público;
  - 12.2.2.** A pedido da DETENTORA, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 12.2.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço registrado se tornar superior ao preço de mercado, nos termos da cláusula 10.1.3 desta Ata.
- 12.3.** O cancelamento dos preços registrados será formalizado por despacho fundamentado do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 12.4.** Promovido o cancelamento do registro do preço perante a DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
  - 12.4.1.** Na hipótese da cláusula 12.2.3, a utilização do cadastro de reserva estará condicionada à observância do preço de mercado apurado, nos termos da cláusula 10.1.3.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

- 13.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.
  - 13.1.1.** O descumprimento dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual (conforme Minuta de Contrato, Anexo V do Edital, que integra esta Ata).



- 13.1.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem, injustificadamente, o compromisso assumido.
- 13.2.** É da competência do ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.
- 13.3.** É da competência do órgão contratante a aplicação das penalidades de advertência e de multa previstas no instrumento contratual.
- 13.3.1.** O órgão contratante será competente, ainda, para a aplicação de qualquer penalidade decorrente de infração contratual praticada após o término da vigência desta Ata de Registro de Preços.
- 13.3.2.** O órgão contratante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação de qualquer penalidade contratual durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
- 13.4.** Os tipos de sanções administrativas e as hipóteses em que a DETENTORA estará sujeita a sua aplicação são as seguintes:
- 13.4.1.** Multa de 20% (vinte por cento) do valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, por dar causa ao cancelamento do registro de preços, na hipótese da cláusula 12.1, salvo justificativa aceita pela Administração.
- 13.4.2.** Multa diária de 1% (um por cento) do valor do contrato a ser assinado, pelo atraso injustificado na assinatura do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento);
- 13.4.3.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato a ser assinado, ou sobre a demanda solicitada, caso a DETENTORA se recuse injustificadamente a formalizar contrato oriundo da Ata de Registros de Preços ou, quando desnecessária a formalização de contrato, a atender a demanda solicitada.
- 13.4.3.1.** A DETENTORA incidirá na mesma penalidade caso não apresente as condições necessárias para a assinatura do contrato.
- 13.4.4.** Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento da cláusula 4.1.2, observados os critérios da cláusula 13.6 desta Ata.
- 13.4.5.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, considerado o quantitativo total registrado para o período de 12 meses, pelo descumprimento de outras condições desta Ata, por ocorrência, desde que não constitua infração específica prevista nesta Ata ou no instrumento contratual.
- 13.5.** Nas hipóteses das cláusulas 13.4.1 a 13.4.3, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada, das penas de impedimento temporário do direito de licitar e contratar com a Administração por até 3 (três) anos e/ou de declaração de inidoneidade por 3 (três) até 6 (seis) anos.
- 13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7.** O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da DETENTORA.
- 13.7.1.** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela DETENTORA.
- 13.8.** O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 13.9.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS**

- 14.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 14.2.** Para a execução desta Ata e dos contratos dela decorrentes, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 14.3.** Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos, à DETENTORA, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, serão dirigidos ao seguinte endereço eletrônico [smecodaeprodutos@sme.prefeitura.com.br](mailto:smecodaeprodutos@sme.prefeitura.com.br).
- 14.4.** As publicações no Diário Oficial ocorrerão nos casos exigidos pela legislação.
- 14.5.** São peças integrantes desta Ata de Registro de Preços: o Edital de Pregão nº **9000[●]/SME/20[●]** e seus anexos, as atas do pregão eletrônico, a proposta comercial da DETENTORA, apresentada e aceita.
- 14.6.** Constituem Anexos a esta Ata de Registro de Preços: a) Anexo "A" – Cadastro de Reserva;
- 14.7.** No ato da assinatura deste instrumento foram verificadas as condições previstas nas cláusulas 19.2 e 19.2.1 do Edital de Licitação.
- 14.8.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital – FÓRUM da Fazenda Pública para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Paulo, [●] de [●] de 20 [●].

Assinaturas

Representante legal do ÓRGÃO GERENCIADOR e representante(s) legal(is) da DETENTORA

### ANEXO III "A" - CADASTRO RESERVA

#### QUANTITATIVOS ESTIMADOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e que integrarão o Cadastro de Reserva da Ata de Registro de Preços:

1º)

Item do TR	<b>Fornecedor</b> (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no Edital)	Modelo (se exigido no Edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo Garantia ou validade
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

2º)

Item do TR	<b>Fornecedor</b> (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no Edital)	Modelo (se exigido no Edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo Garantia ou validade
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

2. Nos termos da Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços, o Cadastro de Reserva poderá ser utilizado, observada a ordem de classificação, em caso de cancelamento do registro de preços com a DETENTORA.
3. A contratação estará condicionada à prévia habilitação do integrante do Cadastro de Reserva, nos termos da cláusula 14 do Edital de Licitação.

#### ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022

**TERMO DE CONTRATO Nº [●]/**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2026/0039942-0**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [●]/[●]/**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº [●]**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através da Secretaria Municipal de Educação

**CONTRATADA:** [●]

**CNPJ Nº [●]**

**OBJETO:** [●]

**VALOR UNITÁRIO:** R\$ [●] ([●]).

**VALOR TOTAL:** R\$ [●] ([●]).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** [●]

**NOTA(S) DE EMPENHO:** [●]

O Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, com sede Rua Borges Lagoa, 1.230, Vila Clementino, na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.392.114/0001-25, neste ato representado(a) por [●] (*nome e função*), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [●] (nome contratada), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [●] (*número*), sediado(a) na [●] (*endereço*), doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por [●] (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa e procuração (se for o caso), apresentada nos autos (*se for o caso*), tendo em vista o que consta no Processo nº [●] e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº [●], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é [●], conforme especificações do Termo de Referência, nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e neste contrato.
- 1.2. Vinculam esta contratação, **independentemente de transcrição:**
  - 1.2.1 O Termo de Referência;
  - 1.2.2 O Edital da Licitação;
  - 1.2.3 A Proposta do Contratado;
  - 1.2.4 Eventuais anexos (e apêndices) dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1.** O prazo de vigência do contrato é de [●], contados da sua assinatura.
- 2.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no prazo estabelecido na cláusula 2.1.
- 2.3** Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA:
- 2.3.1** A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis as penalidades previstas na lei, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento;
- 2.3.2** a CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato, mediante a aplicação das penalidades previstas na lei, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento.
- 2.4.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 3.1.** As condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto são aquelas definidas no **item 5 e seus subitens** do Termo de Referência, anexo a este contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1.** Não será admitida a subcontratação.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1.** O valor unitário é de R\$ [●], totalizando o valor contratual de R\$ [●].
- 5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: [●]
- 5.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1.** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **item 7 do Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS**

- 7.1. As regras acerca do reajuste e revisão de preços são aquelas definidas no **item 10 e seus subitens do Termo de Referência**, anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8. Compete à CONTRATANTE, além das obrigações constantes no Termo de Referência – Especificações Técnicas:
- 8.1 fiscalizar e acompanhar a execução deste Contrato;
- 8.2 notificar a CONTRATADA quando detectadas irregularidades na execução do objeto;
- 8.3 receber o objeto, desde que esteja em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- 8.4 prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.5 efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7 emitir Termo de Recebimento Definitivo, após encerramento da execução do objeto.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Compete à CONTRATADA, além das obrigações constantes neste Termo de Referência, parte integrante do Edital:
- 9.1.1 cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que seja efetuada com perfeição a entrega dos produtos, de acordo com o pactuado;
- 9.1.2 apresentar Nota Fiscal ou documento hábil contendo necessariamente a descrição dos produtos, de acordo com a legislação vigente, comprovando assim a entrega.
- 9.1.3 acatar as recomendações decorrentes da (s) vistoria (s) de inspeção (ões) ou de observações dos agentes qualificados (fiscais) da CONTRATANTE, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas;
- 9.1.4 não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto do presente contrato, salvo com a expressa anuência da CONTRATANTE, sendo admitida apenas a subcontratação dos serviços de distribuição física dos gêneros alimentícios destinados às unidades educacionais atendidas pela SME/CODAE;
- 9.1.4 manter, durante toda a execução do Contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual;
- 9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.1.7** prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1.** As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.
- 10.2.** A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Salvo caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, garantida a defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua intimação. As sanções previstas são as seguintes:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 12.1.1** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b)** as peculiaridades do caso concreto;
  - c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública.

#### **12.2 Advertência**

- 12.2.1** Poderá ser aplicada a sanção de advertência para os casos considerados de menor gravidade, observadas as peculiaridades do caso concreto, nos quais a Contratada ainda que tenha adotado medidas corretivas, mereça ser repreendida e/ou alertada de que a reincidência implicará em penalidade de maior gravidade;

- 12.2.2** Afastada a hipótese do item anterior ensejarão conforme a gravidade do caso as seguintes sanções:

#### **12.3 Das multas por atraso**

- 12.3.1** Nas hipóteses de atraso na entrega ou na reposição do produto, a Contratada ficará sujeita às penalidades abaixo:
- 12.3.2** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) para atrasos até 15 (quinze) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada por dia de atraso;
- 12.3.3** Multa moratória de 10% (dez por cento) para atrasos superiores a 15 (quinze) dias até 30 (trinta) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada;
- 12.3.4** Multa moratória de 20% (vinte por cento) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias corridos, calculada sobre a precificação da parcela inexecutada, caso não tenha havido grave dano à administração devidamente justificada pela unidade demandante;

#### **12.4 Da multa compensatória**

- 12.4.1** Será aplicada multa compensatória, calculada sobre o total contratado, quando for constatada (1) qualidade comprometida por dissonância com as especificações contratuais, evidenciada por inspeção, análises sensoriais, técnicas, microscópicas, microbiológicas e/ou toxicológicas; (2) qualidade comprometida indicativa de falhas nas boas práticas da empresa fornecedora.
- 12.4.2** A multa compensatória poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) calculada sobre a precificação total do contrato, a depender da gravidade do caso.

#### **12.5 Inexecução parcial do contrato**

- 12.5.1** No caso de inexecução parcial do contrato, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre a precificação da parcela não executada.

**12.5.1.1** A inexecução parcial do contrato ficará caracterizada quando ocorrer:

- a)** a não entrega ou não reposição do produto em prazo superior a 30 (trinta) dias da última data cronogramada ou da data limite estabelecida/autorizada pela CODAE;
- b)** na hipótese de cronograma contendo diversas etapas, a não entrega na(s) data(s) programada(s) de quantitativo que ultrapasse mais da metade do quantitativo estabelecido no cronograma.

#### **12.6 Inexecução total do contrato**

- 12.6.1** No caso de inexecução total do contrato, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre a precificação do total do contratado.
- 12.6.2** Se a infração cometida pela CONTRATADA caracterizar má-fé ou causar grave prejuízo ao abastecimento nas unidades educacionais, poderão ser aplicadas, a critério da administração, as penalidades de impedimento de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### **12.7 Da Extinção e da Rescisão do contrato**

- 12.7.1** A Contratante poderá extinguir o contrato, conforme as disposições previstas no art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 13.144/21 e legislação vigente assegurados o contraditório e a ampla defesa.



## **12.8 Disposições gerais das penalidades**

- 12.8.1** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.8.2** Na aplicação das sanções serão consideradas, pela autoridade competente, a gravidade da conduta cometida, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.8.3** As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, sendo descontadas do pagamento devido ou cobradas administrativamente ou judicialmente.
- 12.8.4** A CONTRATANTE poderá rescindir de imediato o Contrato caso a CONTRATADA venha a reincidir nas infrações elencadas nos subitens acima, sem prejuízo de outras sanções administrativas aplicáveis à espécie previstas Lei Federal nº 14.133/21.
- 12.8.5** Na hipótese de eventuais pendências ocorridas durante o cronograma de entrega, tendo em vista o disposto na cláusula 14.3 e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula 14.1, deverão ser ajustadas em até 30 dias após a data programada para última etapa, ou outro prazo definido pela CONTRATANTE.
- 12.8.5.1** No caso de troca ou reposição do produto, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos custos da análise e, também, da armazenagem, a saber: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pelo fornecedor por meio de recolhimento do Documento de Arrecadação do Município nos termos da Portaria SF 63/2006, a ser emitido pela CONTRATANTE.
- 12.8.5.2** Na hipótese acima, o órgão competente da SME comunicará à Secretaria Municipal de Finanças, para que não seja efetuado o respectivo pagamento da mercadoria à CONTRATADA, até que seja atestado o novo recebimento pela Diretoria de Qualidade e Logística-DILOG.
- 12.8.6** O prazo para a apresentação de defesa prévia será de (15) quinze dias úteis a contar da notificação da CONTRATADA.
- 12.8.7** Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, esclarecendo os fatos que motivaram o inadimplemento, ou no caso de força maior, que a CONTRATADA comprove, através de documentação nos autos, a ocorrência do evento impeditivo do cumprimento da obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, nos termos do art. 146 do Decreto nº 62.100/22;
- 12.8.8** Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do Capítulo II da Lei Federal 14.133/21, observados os prazos ali fixados.
- 12.8.8.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Senhor Secretário Municipal de Educação e enviados para o mesmo e-mail em que a CONTRATADA for notificada ou entregues presencialmente nas dependências da CODAE no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

- 12.8.9** As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do Contrato até o limite do valor apurado, nos termos da Portaria SF nº 275 /24 da Secretaria das Finanças ou outra que viera substituí-la;
- 12.8.9.1** Inexistindo o desconto conforme previsto no item anterior, o valor da multa deverá ser recolhido pela CONTRATADA por Documento de Arrecadação do Município de São Paulo – DAMSP.
- 12.8.9.2** O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da contratada. A critério da CONTRATANTE e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber no âmbito do presente instrumento.
- 12.8.9.3** O não pagamento das multas no prazo e forma indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, na forma da Lei nº 14.094 de 06/12/05 e Decreto 47.096 de 21/03/06.
- 12.8.10** Caberá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, na hipótese de descumprimento de cláusula desta Ata ou do contrato não amparado por regra específica.
- 12.8.11** O impedimento de licitar e contratar prevista no inciso III, caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21 será aplicada pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedido o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de máximo de 3 (três) anos;
- 12.8.12** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21 será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedido o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1** O contrato será extinto quando da conclusão do seu objeto.
- 13.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -ANTICORRUPÇÃO**

- 14.1.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

- 14.2.** As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

- 15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

- 16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

- 17.1.** Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

- 18.1** As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.
- 18.1.1** Caso a controvérsia seja submetida à Câmara de Solução de Conflitos da Administração Municipal, haverá a incidência do preço público previsto na Portaria PGM nº 26/2016.
- 18.2** Não havendo solução consensual, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

[Local] [•], [dia] [•] de [mês] [•] de [ano] [•].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [•]

2- [•]

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000[●]/SME/20[●]**  
**PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 6016.2026/0039942-0**  
**OBJETO: [●]**

**ANEXO V - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- 5)** que tem ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

(local do estabelecimento), de [●] de 20[●].

---

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - CRONOGRAMA Nº XXX/26**

**CONTRATADA:**

**TC Nº:**

**VALOR DO CONTRATO:**

**PROCESSO SEI Nº:**

**QUANTIDADE TOTAL RECEBIDA:**

**OBJETO DO CONTRATO:**

Pelo presente, em face do encerramento da execução do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, emitimos nos termos do art. 140, II, b, da Lei 14.133/21, o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto \_\_\_\_\_ e sua consequente aceitação.

O presente instrumento tem eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/21), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas, conforme ressalva abaixo:

1. O produto poderá ser recusado, parcial ou totalmente, a qualquer momento após o seu recebimento, até que sua validade se extinga, nos termos do Edital, sujeitando a Contratada à obrigatoriedade de reposição e às penalidades cabíveis.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20[•].

\_\_\_\_\_  
FISCAL DE CONTRATO

\_\_\_\_\_  
FISCAL DE CONTRATO

\_\_\_\_\_  
FISCAL DE CONTRATO

\_\_\_\_\_  
COORDENADOR GERAL – RF

\_\_\_\_\_  
DIRETOR DE DIVISÃO TÉCNICA - RF

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE DA CONTRATADA - RG